

Instituto Superior Bissaya Barreto

Fundação Bissaya Barreto

O Trabalho a Favor da Comunidade: Um Estudo de Caso

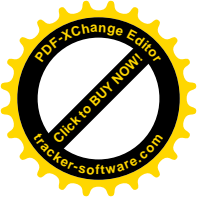
Dissertação da Tese de Mestrado em Ciências Jurídico Forenses

Orientador: Professor Figueiredo Dias

Co-Orientador: Mestre Cristiane Reis

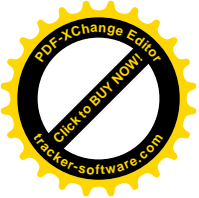
Mestranda: Cristina Isabel Simões Marouva Cera

Outubro de 2012



ÍNDICE:

	RESUMO	3
	SUMMARY	5
I.	INTRODUÇÃO	6
II.	POSSÍVEIS FINS DAS PENAS	8
III.	AS PENAS DE SUBSTITUIÇÃO	11
IV.	RAÍZES HISTÓRICAS E POLÍTICO-CRIMINAIS DA PTFC	15
V.	A PRESTAÇÃO DE TRABALHO A FAVOR DA COMUNIDADE	
	1. REGIME JURÍDICO	26
	2. CONTEÚDO E DURAÇÃO DA PENA	28
	3. PRESSUPOSTOS	
	3.1. Consentimento do Condenado	31
	3.2. Pressuposto Formal	32
	3.3. Pressuposto Material	33
	4. DA MEDIDA CONCRETA DA PENA	34
	5. A GRATUITIDADE DA PTFC	39
	6. DO INCUMPRIMENTO DA PTFC	40
VI.	ESTUDO DE CASO	
	1. Da análise do Caso	43
	2. Na encruzilhada entre a teoria e a prática	51
	3. O Silêncio e Activismo Judicial	64
VII.	CONCLUSÃO	70
	BIBLIOGRAFIA	75
	DOCUMENTOS	77



RESUMO

A Prestação de Trabalho a Favor da Comunidade traduz-se numa pena de substituição alternativa ao cumprimento da pena de prisão até dois anos ou da pena multa sempre que o tribunal chegue a uma ponderação favorável no sentido de que, por este meio, se realiza de forma adequada e suficiente as finalidades de punição.

A Prestação de Trabalho a Favor da Comunidade encontra a sua justificação político-criminal no movimento que surgiu e se vem acentuando há vários anos contra as curtas penas de prisão. Penas de prisão que introduzem o condenado no meio criminógeno, altamente estigmatizante, capaz de corromper e perverter todos os objectivos pretendidos com a sanção aplicada ao agente, afastando-o, deste modo, do comportamento que de si é esperado.

Esta pena de substituição parece-nos ser, pela sua força inovadora e capacidade de resposta à pequena criminalidade, um tema com bastante interesse mas cuja divulgação e tratamento aprofundado poderá trazer algum desassossego...

Num espaço de consensualismo onde os ordenamentos jurídicos procuram levar tão longe quanto possível a velha máxima da prisão como a *última ratio* da política criminal, onde a previsão das penas de substituição é generosa e a pena reconforma-se em sentido positivo, prospectivo e socializador, acabamos por concluir que vivemos um momento de transição onde as desigualdades sociais aumentam exponencialmente. Um momento onde pobreza tende a ser identificada com o crime, fruto da “*estigmatização social*”¹.

O nosso objectivo nesta tese de dissertação é demonstrar que poderá existir uma falha no sistema de modo a impedir que o deficiente físico preste trabalho a favor da comunidade, uma vez que a pena de multa se sobrepõe a esta pena de substituição quando estamos perante uma pessoa deficiente.

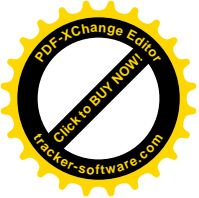
¹ CRISTIANE DE SOUZA REIS, Pobres Delinquentes, in Sociedade crise e reconfigurações.



O TRABALHO A FAVOR DA COMUNIDADE

Um estudo de caso

Para tanto recorreremos a um estudo de caso que teve por base uma experiência vivenciada com a aplicação desta pena de substituição sobretudo quando estamos perante pessoas com determinadas limitações físicas.



SUMMARY

Community Service was introduced as sentencing option as an alternative to jail time of up to two years, for persons convicted of crimes in which the court orders the offender to perform a number of hours of unpaid work for the benefit of the public.

When an offender is placed in prison the individual is surrounded by a stigma of violence. Equally the offender is placed in a environment which is prone to violence. The chances that this individual would get himself into a violent situation is far higher than average. Placing a person in Community Service will, to a certain extent, prevent the individual to be influenced by these factors therefore playing an important part in helping the offender get back on the right track.

This form of sentencing seems to be a beneficial substitute for long prison terms and provides a form of rehabilitation for the offender especially those that have come from a strained background and is dealing with social issues that would have influenced the decision to act out a crime. This can also be said for individuals who face physical challenges and would find being in a prison environment potentially life threatening.

Our objective in this thesis is to demonstrate that there might be a failure in the system in the sense that a payment of a fine would simply overturn the sentencing handed out and therefore the individual would not have to carry out the community service. In some cases, to a physically challenged individual paying a fine would be an easy way to avoiding carrying out his or her sentence.

Our research was based on several individuals who were handed out community service as an alternative to prison sentences but did not actually carry them out due to their physical limitations and challenges.



I. INTRODUÇÃO

Num campo tão vasto e complexo como é o Direito Penal, a escolha de um tema, para quem dá os primeiros passos neste árduo caminho, não é tarefa fácil. A opção pelo estudo da Prestação de Trabalho a Favor da Comunidade [PTFC], mais concretamente, um estudo de caso teve por base uma experiência vivenciada com a aplicação desta pena de substituição sobretudo quando estamos perante pessoas com determinadas limitações físicas.

A experiência ocorreu durante o ano de 2011, num processo sumário que correu termos no Tribunal Judicial da Comarca de Soure, onde o arguido que vem a ser condenado requer a prestação de trabalho a favor da comunidade em substituição à pena de multa a que fora condenado, sendo a mesma deferida.

Porém, face ao relatório elaborado pelos Técnicos da Direcção Geral de Reinserção Social [DGRS] concluiu-se pela inexistência de condições para que o arguido preste trabalho a favor da comunidade, o que levou ao Tribunal *a quo* determinar o cumprimento de prisão subsidiária.

O nosso objectivo nesta tese de dissertação é demonstrar que poderá existir uma falha no sistema de modo a impedir que o deficiente físico preste trabalho a favor da comunidade, uma vez que a pena de multa se sobrepõe a esta pena de substituição quando estamos perante uma pessoa deficiente.

No estudo do presente caso utilizámos como instrumento de pesquisa a entrevista, onde apenas respondeu o Excelentíssimo Senhor Procurador Adjunto em exercício de funções naquela Comarca, embora de uma forma genérica. Todos os demais intervenientes se recusaram (Juiz e Técnicos da Direcção Geral de Reinserção Social).

Este trabalho que à consideração e crítica se apresenta, não pretendendo esgotar os problemas que se prendem com a prestação de trabalho a favor da comunidade, muito menos dar soluções acabadas e definitivas, apenas um pequeno contributo para uma



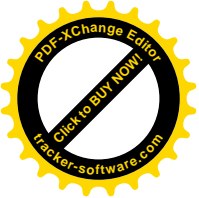
O TRABALHO A FAVOR DA COMUNIDADE

Um estudo de caso

possível forma de encarar esta pena de substituição quando estamos perante pessoas com deficientes.

Pese embora, partilhemos do entendimento que a pena de prestação de trabalho a favor da comunidade é reveladora e exemplar traduzindo-se numa alternativa ao cumprimento da pena de prisão até dois anos ou em substituição da pena multa que, sem deixar de constituir uma verdadeira pena com o seu conteúdo e o seu sentido autónomos, tem demonstrado ser uma boa alternativa para os condenados em termos de sociabilização e reinserção social mas também uma forma reduzir os problemas de sobrelotação das cadeias portuguesas, diminuindo desta forma os custos com a prisão.

Todavia, o trabalho a favor da comunidade parece-nos ser pela sua força inovadora e capacidade de resposta à pequena criminalidade, um tema com bastante interesse mas cuja divulgação e tratamento aprofundado poderá trazer algum desassossego...



II. POSSÍVEIS FINS DAS PENAS

Tendo em consideração que o objecto da doutrina das consequências jurídicas do crime é constituído pelas penas^{2 3} e pelas medidas de segurança⁴, vejamos o que dispõe a nossa Constituição [Constituição da República Portuguesa - CRP] sobre a duração e natureza das penas.

Sendo Portugal uma República soberana baseada na dignidade da pessoa humana⁵ desde logo, se destaca a sua inviolabilidade, não existindo, em caso algum, a pena de morte e sanções de natureza perpétua⁶. A integridade moral e física das pessoas é, também ela inviolável, não podendo ninguém ser sujeito a tortura, a tratos ou penas cruéis, degradantes ou desumanas⁷; não podendo haver penas nem medidas de segurança privativas ou restritivas da liberdade com carácter perpétuo ou de duração ilimitada ou indefinida⁸.

Ora, com a aplicação das penas e das medidas de segurança visa-se a protecção de bens jurídicos e a reintegração do agente na sociedade, sendo que a pena não pode ultrapassar em caso algum a medida da culpa enquanto as medidas de segurança só podem ser aplicadas se forem proporcionais à gravidade do facto e à perigosidade do agente.

A norma profundamente inovadora do Código Penal⁹ que estabelece as finalidades das penas e medidas de segurança prevê expressamente que a sua aplicação vise a protecção de bens jurídicos e a reintegração do agente na sociedade, tendo em vista a protecção subsidiária e preventiva, quer geral quer individual, de bens jurídicos e prestações estatais. A realização do fim de prevenção geral, já não no sentido de mera intimidação mas com um significado mais amplo e positivo, de salvaguarda da ordem

² Penas principais, acessórias e de substituição.

³ Penas aplicáveis a pessoas singulares e a pessoas colectivas e equiparadas.

⁴ Privativas ou não privativas da liberdade.

⁵ Artigo 1º da Constituição da República Portuguesa [CRP].

⁶ Artigos 24º e 30º da CRP.

⁷ Artigo. 25º da CRP.

⁸ Artigo 30º da CRP.

⁹ Artigo 40º do Código Penal [CP].



jurídica na consciência da comunidade¹⁰; o fim de prevenção especial no sentido da reintegração do agente na sociedade. Acabando por consagrar que a pena não pode ultrapassar em caso algum a medida da culpa, o que confere à norma toda a importância, uma vez que o legislador tomou assim posição quanto ao problema dos fins das penas [aplicação das penas e (medidas de segurança) tem como finalidade a prevenção geral (positiva de integração: «protecção de bens jurídicos») e a prevenção especial («reintegração do agente na sociedade»)], questão que continua permanentemente em aberto¹¹.

Como refere Karl Mannheim¹²:

«Não dispondo de opiniões assentes sobre disciplina e liberdade não é de admirar que, não tenhamos critérios bem definidos sobre o modo de tratar os criminosos nem saibamos se a punição deve ser retributiva e intimidatória ou, um tipo de reajustamento e reeducação para a vida em sociedade. Hesitamos em tratar o infractor como o pecador ou como o paciente e não conseguimos decidir se a culpa é dele ou da sociedade».

Segundo os ensinamentos do Prof. Figueiredo Dias só as finalidades relativas de prevenção (geral e especial) e não finalidades absolutas de retribuição e expiação, podem justificar a intervenção do sistema penal.

A prevenção geral assume o primeiro lugar como finalidade da pena, não como prevenção negativa, de intimidação, mas como prevenção positiva, de integração e de reforço da consciência jurídica comunitária e do sentimento de segurança face à violação da norma, enquanto estabilização das expectativas comunitárias na validade e na vigência da regra infringida. A medida de segurança, se bem que continuando a justificar-se primeiramente à luz de ideias de prevenção especial, acaba por não se manter de todo imune a princípios de prevenção geral de integração.

Este pensamento sobre a essência, o fundamento e o sentido destas reacções é completado em outras duas vertentes: na necessária intervenção do princípio da culpa, como consequência de exigência incondicional da defesa da dignidade da pessoa

¹⁰ Cfr. **ROXIN**, Problemas Fundamentais de Direito Penal, pág. 40, in **MANUEL SIMAS SANTOS** e **MANUEL LEAL-HENRIQUES**, Noções de Direito Penal, Reis dos Livros, 4ª Ed., 2011, pág.165.

¹¹ **MANUEL SIMAS SANTOS** e **MANUEL LEAL-HENRIQUES**, Noções de Direito Penal, Reis dos Livros, 4ª Ed., 2011, pág.164-165.

¹² Diagnóstico do Nosso Tempo, apud **GONÇALVES COSTA**, A parte Geral no projecto de Reforma do Código Penal Português, RPCC, Ano III, nota 9.



humana; e no reconhecimento do princípio da socialização, que resulta com suficiente clareza do modelo de Estado de Direito Social¹³.

Num estudo sobre fins das penas¹⁴ o referido Professor concluiu: «toda a pena serve finalidades de natureza preventiva – seja de prevenção geral positiva ou negativa, seja de prevenção especial, positiva ou negativa – não de natureza retributiva».

A finalidade primária da pena é o «restabelecimento da paz jurídica comunitária abalada pelo crime» [prevenção geral positiva de integração – a pena aplicada ao agente mantém e reforça a confiança da comunidade na validade e eficácia das normas jurídico-penais como instrumentos de tutela de bens jurídicos]. Esta finalidade primária não impede o efeito, meramente lateral, causado pela pena em termos de prevenção geral negativa ou de intimidação geral.

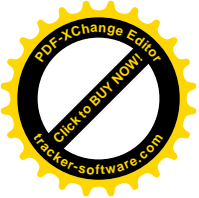
A culpa, que não é fundamento da pena, mas apenas o seu limite inultrapassável, tem como função proibir o excesso [estabelecimento do máximo da pena ainda compatível com as exigências de preservação da dignidade da pessoa e de garantia do livre desenvolvimento da sua personalidade nos quadros próprios de um Estado de Direito democrático, independentemente das finalidades preventivas gerais ou especiais].

Dentro do limite máximo consentido pela culpa a pena concreta é determinada no interior de uma moldura de prevenção geral de integração cujo limite superior é oferecido pelo ponto óptimo de tutela de bens jurídicos e cujo limite inferior é constituído pelas exigências mínimas de defesa do ordenamento jurídico.

No interior desta moldura de prevenção geral positiva ou de integração encontrar-se-á a medida concreta «em função de exigências de prevenção especial, em regra positiva ou de socialização, excepcionalmente negativa ou de intimidação ou segurança individuais».

¹³ MANUEL SIMAS SANTOS e MANUEL LEAL-HENRIQUES, Ob. cit, pág.167.

¹⁴ Esquematizando as *teorias absolutas* que vêm na pena um instrumento de retribuição, expiação ou compensação do mal do crime; as *teorias relativas* que lhe conferem a finalidade de instrumento de prevenção: geral – negativa ou de intimidação; especial – negativa ou de inocuidade e positiva ou de socialização; e *mistas* que olham a pena como instrumento de prevenção através da justa retribuição, JORGE FIGUEIREDO DIAS, in Direito Penal Geral, Tomo I, 2ª Edição, pág.s 78-85.



III. AS PENAS DE SUBSTITUIÇÃO

O tema das penas de substituição reconduz-se, tanto do ponto de vista histórico como político-criminal, ao movimento de luta contra a pena de prisão. Reconhecidos os efeitos criminógenos da prisão e perante os efeitos negativos das curtas penas de prisão, revelando-se absolutamente inúteis e prejudiciais à ressocialização de indivíduo.

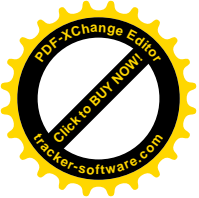
A política criminal passou a defender a sua substituição por outros tipos de pena, abrindo o caminho para o surgimento de formas alternativas à pena de prisão, nomeadamente as penas de substituição¹⁵.

Segundo o Prof. Figueiredo Dias, “o estudo institucional das penas abrange as penas principais (a pena privativa da liberdade ou pena de prisão e a pena pecuniária de multa) e as penas acessórias (isto é, aquelas que não podem ser cominadas na sentença condenatória sem que simultaneamente tenha sido aplicada uma pena principal). Com as mencionadas penas principais e acessórias não se esgota, porém, o catálogo das penas, havendo que considerar ainda o instituto das chamadas penas de substituição. Nele se trata de penas que são concretamente aplicadas em vez das penas principais legalmente previstas para os crimes da Parte Especial do Código Penal (máxime, das penas de prisão).”¹⁶

Atendendo às especificidades de que são dotadas as penas de substituição no direito penal português, agrupá-las-emos, segundo o ponto de vista político-criminal, em penas de substituição detentivas e não detentivas ou em sentido próprio, as primeiras não são penas de substituição em sentido próprio mas podem ser consideradas como tal uma vez que se integram dentro do mesmo objectivo de luta contra as penas [curtas] de prisão e substituem, no ponto de vista da sua execução, uma pena de prisão continua aplicada na sentença condenatória, onde se determina essa substituição.

¹⁵ Não se confundindo com a pena alternativa à prisão que no nosso Código Penal é unicamente a pena de multa.

¹⁶ Jorge Figueiredo Dias, *In Direito Penal Português, As consequências Jurídicas do Crime*, Editorial Notícias, §§ 8; 79 e 80.



As penas de substituição em sentido próprio respondem a um duplo requisito: o carácter não institucional ou não detentivo, sendo cumpridas em liberdade correspondendo deste modo, aos propósitos político criminais do movimento de luta contra a pena de prisão, por um lado, pressupondo a prévia determinação da medida da pena de prisão para serem aplicadas e executadas em vez desta, correspondendo ao perfil dogmático das penas de substituição, por outro.

Respondem a este duplo requisito a pena de multa de substituição¹⁷, a suspensão da execução da pena de prisão^{18 19}, a prestação de trabalho a favor da comunidade^{20 21} e a admoestação^{22 23}.

¹⁷ Artigos 43º, n.º 1 do Código Penal e 489º a 491º-A do Código de Processo Penal.

¹⁸ Artigos 50º a 57º do Código Penal e 492º a 495º do Código de Processo Penal.

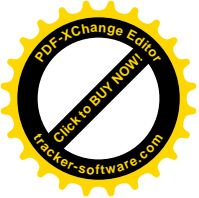
¹⁹ A Pena de Suspensão de Execução da Prisão é a designação mais correcta do instituto a que a lei chama «suspensão da execução de pena de prisão», constitui a mais importante das penas de substituição. Pressupõe um prognóstico favorável quanto ao comportamento futuro do delinquente, isto é, que a simples censura de facto, através da aplicação da pena (embora suspensa na sua execução) e a ameaça de prisão (que terá lugar no caso de revogação da suspensão), acompanhada ou não de deveres e/ou regras de conduta e/ou de regime de prova, realizam de forma adequada e suficiente as finalidades da punição ou seja, as necessidades de reprobção e prevenção do crime. O que aqui é decisivo é o «conteúdo mínimo» da ideia de socialização, traduzida na «prevenção da reincidência». A suspensão da execução da pena de prisão pode ser subordinada ao cumprimento de deveres impostos ao condenado e destinados a reparar o mal do crime (art. 51.º do Código Penal), podendo o tribunal impor ainda ao condenado o cumprimento, pelo tempo de duração da suspensão, de regras de conduta destinadas a facilitar a sua reintegração na sociedade (art. 52.º, do mesmo Código). Pode ir-se mais longe nesse objectivo de socialização do delinquente através da suspensão com regime de prova, art. 53.º do CP que determina que o *“tribunal pode determinar que a suspensão seja acompanhada de regime de prova, se o considerar conveniente e adequado a facilitar a reintegração do condenado na sociedade”*. *“O regime de prova assenta num plano individual de readaptação social, executado com vigilância e apoio durante o tempo de duração da suspensão, dos serviços de reinserção social*. Nesse regime de prova (que é, em regra de ordenar sempre que o condenado tenha completado, ao tempo do crime, 21 anos de idade ou quando a pena de prisão cuja execução for suspensa tiver sido aplicada em medida superior a três anos), o plano individual da reinserção social é dado a conhecer ao condenado, obtendo-se, sempre que possível, o seu acordo prévio (art. 54.º, n.º 1 do CP). O tribunal pode impor deveres e regras de conduta e ainda outras obrigações que interessem ao plano de readaptação e ao aperfeiçoamento do sentimento de responsabilidade social do condenado (n.º 2 do citado artigo 54º).

²⁰ Artigos 58º e 59º do Código Penal, 496º e 498º do Código de Processo Penal e Decreto-Lei n.º 375/97, de 24 de Dezembro

²¹ A Pena de Prestação de Trabalho a favor da Comunidade consiste na *prestação de serviços gratuitos ao Estado, a outras pessoas colectivas de direito público ou a entidades privadas cujos fins o tribunal considere de interesse para a comunidade* (art. 58.º, n.º 2, do Código Penal). Esta pena tem a vantagem de, não obstante a punição dessa forma sofrida, o condenado manter as suas ligações familiares, profissionais e económicas e, portanto, o contacto com o seu ambiente e a integração social. Porém, é muito reduzido o número de casos em que os nossos tribunais têm aplicado esta pena de substituição.

²² Artigo 60º do Código Penal.

²³ A admoestação consiste numa solene censura oral feita ao agente, em audiência, pelo tribunal tendo carácter meramente simbólico, só verdadeiramente pode justificar-se no âmbito do Direito Tutelar de Menores ou do Direito Penal de Menores Imputáveis, «dada a predominância absoluta que nela assume a finalidade (re)educativa da sanção». Esta pena não pressupõe o requisito da determinação prévia da medida



As penas de substituição detentivas respondem apenas ao requisito da determinação prévia da medida da pena de prisão, sendo executadas e aplicadas em vez desta²⁴ contam-se a prisão por dias livres [art.º 45º do Código Penal e 487º do Código de Processo Penal, 125º CE] e o regime de semidetenção [art. 46º do Código Penal, 487º do Código de Processo Penal, 125º CE].

As alterações introduzidas pela revisão do Código Penal de 2007²⁵ traduzem-se, por um lado, na previsão de novas penas de substituição [art.s 43º, n.º 3 e 44º, n.º 2, al. a) do Código Penal] e por outro, no alargamento do âmbito de aplicação das já existentes [art.s 43º, n.º 1, 45º, 46º, 50º, 58º e 60º do Código Penal]²⁶, onde a pena de multa passa a poder substituir penas de prisão não superiores a 1 ano [artigo 43.º, nº 1], verificando-se um aumento do limite mínimo do quantitativo diário – passou de um euro (1,00 €) para cinco euros (5,00 €), [nº 2 do artigo 47.º].

Sendo que a prestação de trabalho a favor da comunidade passa a poder substituir penas de prisão não superiores a 2 anos (artigo 58.º, nº 1). Uma alteração que prossegue, certamente, a intenção de fazer desta sanção, como já escreveu o Prof. Figueiredo Dias, “a criação mais relevante, até hoje verificada, do arsenal punitivo de substituição da pena de prisão”²⁷.

A suspensão da execução da pena de prisão passa a poder substituir penas de prisão não superiores a 5 anos [n.º 1 do artigo 50.º]. Passando a ser ordenado o regime de prova

da pena de multa [principal], afastando-se, assim, das raízes históricas e político-criminais das penas de substituição.

²⁴ As Penas de Substituição Detentivas têm como objectivo de limitar os efeitos perniciosos das curtas penas de prisão de cumprimento continuado (V. n.º 9 do Preâmbulo do Código Penal de 1982 (Aprovado pelo Dec. Lei n.º 400/82 de 23 de Setembro) e Leal-Henriques e Simões Santos «O Código Penal de 1982», 1986, Vol. 1, p. 270. 8, o Código Penal (art. 45.º e 46.º) prevê o cumprimento de prisão não superior a três meses *por dias livres* (fins de semana e dias feriados) e em *regime de semidetenção* (que consiste numa privação de liberdade que permite ao condenado prosseguir a sua actividade profissional normal, a sua formação profissional ou os seus estudos, por força de saídas do estabelecimento prisional estritamente limitadas, ao cumprimento das suas obrigações, se o condenado nisso consentir). Estas penas de substituição detentivas têm sido pouco aplicadas devido às dificuldades e complexidade da sua execução. A vantagem destas penas está no facto de, por um lado, furtar o delinquentes à contaminação do meio prisional e, por outro lado, impedir que a privação da liberdade interrompa por completo as suas relações sociais e profissionais. A prisão por dias livres pode ter particulares virtualidades no campo do Direito Penal de menores imputáveis, por permitir que estes, não obstante a pena, possam continuar a frequentar um estabelecimento de ensino e, assim, não ver prejudicado, por exemplo, o curso do ano lectivo.

²⁵ Lei n.º 59/2007, de 4 de Setembro.

²⁶ FIGUEIREDO DIAS, Consequências Jurídicas do Crime, Coimbra 2010-2011, pág.s 21-23.

²⁷ MARIA JOÃO ANTUNES, in Alteração ao Sistema Sancionatório.



O TRABALHO A FAVOR DA COMUNIDADE

Um estudo de caso

sempre que o condenado não tiver ainda completado, ao tempo do crime, 21 anos de idade ou quando a pena de prisão aplicada tiver sido superior a 3 anos [nº 3 do artigo 53.º]²⁸.

²⁸ Idem.



IV. RAÍZES HISTÓRICAS E POLÍTICO-CRIMINAIS DA PRESTAÇÃO DE TRABALHO A FAVOR DA COMUNIDADE [PTFC]

A ideia de prestação de trabalho não é de modo algum estranha ao sistema penal português. Ainda que, hoje, sob forma repudiada, a prestação de trabalho foi explorada directa ou indirectamente desde tempos remotos pelos mecanismos sancionatórios²⁹. No Código Penal de 1852 eram considerados penas maiores a pena de morte, a de trabalhos públicos, a de prisão maior com trabalhos ou simples, a de degredo, a de expulsão do reino e a perda dos direitos políticos. A pena de trabalhos públicos que podia ser perpétua ou temporária (dos 3 a 15 anos) seria executada nas tarefas mais rudes e pesadas, com correntes de ferro presa ao pé do condenado ou com cadeia presa a outro companheiro se tal não fosse impedido pela natureza do trabalho³⁰.

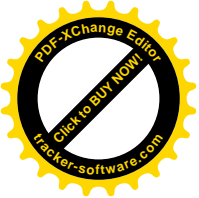
Em 1936³¹ estabelecia-se a reorganização dos serviços prisionais e simultaneamente reformava o próprio sistema penal, um vector essencial do pensamento do legislador diz respeito aos fins das penas, proclamava-se, assim o princípio da política criminal que mais tarde viria a encontrar expressão na própria lei penal fundamental.³² A pena tinha um duplo fim – de prevenção geral e de intimidação, correcção ou eliminação individual. A acção de prevenção geral podia realizar-se através das penas e independentemente das condições do agente do crime, mas a acção individual exige diversidade de penas e até diversidade no modo como a mesma pena deve ser executada, precisamente porque incidindo sobre o indivíduo têm de se encontrar meios que neutralizem aquelas tendências, vícios e defeitos que o determinaram a praticar o crime e

²⁹ **MARIA AMÉLIA VERA JARDIM**, Trabalho a Favor da Comunidade a punição em mudança, Instituto de Reinserção Social, Almedina, pág. 69.

³⁰ **MARIA AMÉLIA VERA JARDIM**, Ob. Cit., pág. 71.

³¹ Decreto-Lei n.º 26 643, de 28 de Maio de 1936.

³² Este princípio foi consagrado no art. 29º nos seguintes termos: A execução das penas privativas de liberdade realizar-se-á por forma a conservar-lhes o necessário valor intimidativo, embora concorrentemente se procure a readaptação social do delinquente. § único. É proibido usar na execução das penas quaisquer processos de rigor desumano ou inútil.



por isso variam consoante as tendências, vícios ou defeitos que se propõem combater, daqui a necessidade de individualizar a pena³³.

Contudo, não era ilimitada a crença do legislador nas virtudes do trabalho em si, como panaceia para todos os males da delinquência, nem nas capacidades de readaptação social do homem. Assim, a acção educativa centrada no trabalho destinar-se-ia fundamentalmente a certas categorias de criminosos condenados em penas de média ou longa duração, reconhecendo-se que as penas de curta duração tinham apenas tinham apenas um efeito intimidatório e que relativamente a outros delinquentes, muitas vezes classificados como habituais ou por tendência (e de quem é legítimo duvidar-se da sua correcção) a pena visava quase só fins eliminatórios.³⁴

Não foram ingénuas as preocupações atinentes à reinserção social de delinquentes reveladas na década de quarenta e cinquenta, após profundas mutações políticas, económicas e sociais, mais uma vez se apontava o trabalho como verdadeiro caminho para o homem se encontrar a si mesmo, para fazer emergir da rebeldia dos instintos a sua personalidade moral.³⁵

Importa pouco fazer obras se não se fizerem homens. É este o princípio que, para além dos preceitos legais, tem de dominar a actuação dos serviços prisionais. Por isso, será impossível apreciar ou julgar o trabalho prisional em função da sua utilidade para determinadas obras ou tarefas a escolher indiscriminadamente. É o ponto de vista inverso que se afigura exacto: o mais alto valor social é o homem, e é a sua recuperação que os serviços prisionais terão de subordinar os instrumentos de que se servem. Entre estes o fundamental, ao ponto de dever classificar-se como a característica natural das penas privativas de liberdade, é o trabalho.

³³ MARIA AMÉLIA VERA JARDIM, Ob. Cit., pág. 73-74.

³⁴ Resulta da orientação seguida em 1936 uma diferenciação do papel do trabalho consoante o tipo de delinquentes.

Já Liszt considerava que a prevenção especial relativamente a delinquentes habituais consistia na sua «neutralização, ... escravidão à pena com a estrita obrigação de trabalhar e com o máximo aproveitamento possível da força de trabalho». Este autor, cujo programa reformador exerceu notável influência, fazendo ainda sentir-se nos nossos dias, teve contudo um particular entendimento nesta questão, chegando mesmo a recomendar, em certa fase, um tratamento com «dureza militar, sem grandes contemplanções e o mais barato possível, ainda que esses indivíduos venham a falecer», tendo como um «abuso para o contribuinte» proporcionar-lhes «alimentação, ar, liberdade de movimentos, etc., segundo critérios racionais».

Na crença em tais princípios se baseava a defesa das casas de trabalho e do seu estigma desonroso, preconizada por Liszt, ob. cit.pág. 28.

³⁵ Decreto-Lei n.º 38 386 de 8 de Agosto de 1951.



Atendendo à dispersão, sobreposição e mesmo divergência da legislação publicada em matéria penal, procurou-se através de uma reforma parcial, consubstanciada no Decreto-lei 39 688 de 5 de Junho de 1954, integrar no Código Penal o conjunto de princípios e instituições que ao longo dos anos modificaram este sector da ordem jurídica de modo a torná-lo de novo no centro de gravidade de justiça criminal.³⁶

Além de intrinsecamente correlacionada com a pena privativa de liberdade a prestação de trabalho foi desde cedo integrada no regime de penas pecuniárias.

Em 1929, o Código de Processo Penal [Decreto 16.489, de 2 de Fevereiro] consagrava a prestação de trabalho como forma de pagamento da multa e custas judiciais (art.º 639º do CPP), estabelecendo-se o seguinte princípio geral: *«se o réu condenado em impostos de justiça ou em multa, não pagar no prazo de dez dias, será esse imposto ou a multa convertida em prisão, nos termos da lei»*. Estipulava-se depois no § 5º deste preceito: *«O réu pode ser autorizado a pagar a multa, o imposto de justiça e quantias acrescidas com trabalho nos serviços do Estado ou corpos administrativos, na forma determinada em regulamento»*.

A partir deste momento a prestação de trabalho torna-se uma constante ao longo das diversas formulações legislativas.

Só em 1945 surge, pela primeira vez, uma regulamentação detalhada da prestação de trabalho no processo executivo da multa, através do Decreto-Lei n.º 34 674 de 18 de Junho. Entendeu o legislador reunir no mesmo diploma a regulamentação do trabalho na execução das penas privativas da liberdades e das penas pecuniárias porque, embora tratando-se de áreas diferentes, o princípio contido no Código de Processo Penal a orientação congénere e porque virtualmente capaz de produzir bons frutos, nunca chegou a ser regulamentada com sentido predominantemente prático e facilmente exequível³⁷.

A pena de Prestação de Trabalho a Favor da Comunidade tem a presidir-lhe toda uma outra intenção político-criminal e mesmo de impositação dogmática diversa, por um lado ela surge no nosso ordenamento jurídico como uma pena autónoma, no sentido de

³⁶ MARIA AMÉLIA VERA JARDIM, Trabalho a Favor da Comunidade a punição em mudança, Instituto de Reinserção Social, Almedina, pág. 83.

³⁷ MARIA AMÉLIA VERA JARDIM, Ob. Cit., pág. 91.



que a prestação de trabalho não constitui elemento do conteúdo executivo de outra pena, antes ela é, em si ou por si mesma, uma pena³⁸.

Em Portugal³⁹, nas palavras do Prof. Figueiredo Dias: o Projecto da Parte Geral do Código Penal de 1963 (ProjPG) representou um passo decisivo neste movimento, ao pôr em questão, não somente a pena «curta» de prisão mas toda a pena de prisão aplicável à pequena e à média criminalidade⁴⁰. No plano teórico, o acento tónico passava a ser posto na crítica à pena de prisão como tal e não apenas à sua curta duração; e, no plano prático, a ordem jurídico-penal mostrava-se adversa à aplicação, não apenas, de penas de prisão não superiores a seis meses mas a toda a pena de prisão inferior a três anos.

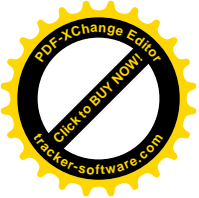
Se olharmos para a fronteira que serve para separar a média da grande criminalidade (como via o ProjPG de 1963 e o Código Penal de 1982 aceitou): só para esta última é que deveria ser reservada, em princípio a pena de prisão, o que implicava, antes de mais, enriquecer a panóplia de penas de substituição, acrescentando ao *sursis* (suspensão condicional da pena) e à multa instrumentos político-criminais como o regime de prova, a prestação de trabalho a favor da comunidade, a admoestação, a prisão por dias livres, o regime de semidetenção. E implicava erigir sem equívoco o princípio de que, quando, no caso concreto, o juiz tenha à sua disposição uma pena de prisão e uma pena não detentiva, deve preferir a aplicação desta à daquela sempre que seja fundado supor que a aplicação da pena não detentiva permitirá realizar de forma adequada e suficiente as finalidades da punição.

Ambas as implicações foram retiradas pelo legislador de 1982, tornando-se evidente que o sucesso da prestação de trabalho a favor da comunidade ao nível de outros

³⁸ A pena de PTFC é teoricamente distinta da prestação de dias-de-trabalho em substituição da multa e autónoma perante ela. O artigo 48.º do Código Penal, estabelece que “a requerimento do condenado, pode o tribunal ordenar que a pena de multa fixada seja total ou parcialmente substituída por dias de trabalho em estabelecimentos, oficinas ou obras do Estado ou de outras pessoas colectivas, de direito público, quando concluir que esta forma de cumprimento realiza de forma adequada e suficiente as finalidades da punição.” A prestação de trabalho é uma pena substitutiva da pena de multa. Trata-se do trabalho gratuito, prestado fora do horário da jornada normal de trabalho, como se disse na Comissão de Revisão do Código Penal de 1989-1981: “a manter-se a figura em apreço, a solução terá que ser do mesmo tipo do que a encontrada para a prestação de trabalho a favor da comunidade – prestação de serviços gratuitos, durante períodos não compreendidos nas horas normais de trabalho” in Actas do Código Penal/Figueiredo Dias, 1993:26.

³⁹ Jorge de Figueiredo Dias, in “Direito Penal Português: As consequências Jurídicas do Crime”, Coimbra Editora, 1ª Edição, 3ª Reimpressão, Janeiro de 2011, pag. 328 e 329.

⁴⁰ Distinguindo-se as penas de curta, média e longa duração, sendo que as primeiras não superiores a 6 meses, as segundas não superiores a 3 anos e as últimas superiores a este limite.



países europeus tem decisivamente a ver com a inexistência de espartilhos que dificultam a sua aplicação tal como acontecia no caso português na sua versão de 82 do Código Penal quanto à moldura penal.⁴¹

O insucesso do modelo jurídico da Prestação de Trabalho a Favor da Comunidade [PTFC] adoptado ao longo de décadas deveu-se a factores de ordem política, estrutural e de ordem técnica correlacionados com a própria definição do regime jurídico deste instituto que, condicionaram a sua aplicação.

Entre os condicionalismos mais relevantes citam-se: a limitação da aplicação da prestação de trabalho a favor da comunidade a crimes puníveis com penas de prisão ou de multa não superiores a três meses; o princípio da substituição preferencial da prisão de curta duração pela multa; as dificuldades ligadas à definição do regime jurídico da prestação de trabalho no âmbito da execução da multa; a insuficiência de regulamentação⁴².

A pena de prestação de trabalho a favor da comunidade surgiu no Código Penal de 1982, que, no seu artigo 60.º, n.º 1, dispunha: *“se o agente for considerado culpado pela prática de crime a que, concretamente, corresponda a pena de prisão, com ou sem multa, não superior a 3 meses, ou só pena de multa até ao mesmo limite, pode o tribunal condená-lo à prestação de trabalho a favor da comunidade”*.

Na reforma operada pelo Decreto-Lei 48/95, de 15 de Março, com o nítido propósito de largar o campo de aplicação desta pena, passou a mesma a estar prevista no artigo 58.º, do Código Penal, que passou a dispor: *“se ao agente dever ser aplicada pena de prisão em medida não superior a 1 ano, o tribunal substitui-a por prestação de trabalho a favor da comunidade sempre que concluir que por este meio se realizam de forma adequada e suficiente as finalidades da punição”*.

⁴¹ Versão de 82 do Código Penal (Decreto-Lei n.º 400/82, de 23/09) **Artigo 60.º (Prestação de trabalho a favor da comunidade)** 1 - Se o agente for considerado culpado pela prática de crime a que, concretamente, corresponda a pena de prisão com ou sem multa, não superior a 3 meses, ou só pena de multa até ao mesmo limite, pode o tribunal condená-lo à prestação de trabalho a favor da comunidade. 2 - A prestação de trabalho a favor da comunidade consiste na prestação de serviços gratuitos, durante períodos não compreendidos nas horas normais de trabalho, ao Estado, a outras pessoas colectivas de direito público ou entidades privadas que o tribunal considere de interesse para a comunidade. 3 - A prestação do trabalho pode ter a duração de 9 a 180 horas, que não podem exceder, por dia, o permitido segundo o regime de horas extraordinárias aplicável.(...)

⁴² Preâmbulo do Decreto-Lei n.º 375/97, de 24 de Dezembro.



Por sua vez, com a alteração ao Código Penal operada pela Lei 59/2007, de 4 de Setembro, continuando a alargar-se o âmbito de aplicação desta pena - alterou-se o limite da pena até ao qual pode ser aplicada, que passou a ser, de pena não superior a 2 anos.

A Prestação de Trabalho a Favor da Comunidade [PTFC] encontra a sua justificação político-criminal no movimento que surgiu e se vem acentuando, a partir das últimas décadas do século passado, contra as curtas penas de prisão. A razão de ser deste movimento prende-se com as nefastas consequências, que as mesmas proporcionam, derivadas da estigmatização do agente pelo contacto com o meio prisional.

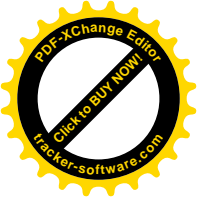
Acresce, ainda, que as penas curtas de prisão introduzem o condenado no meio criminógeno, altamente estigmatizante, que por obedecer a valores e princípios próprios, é capaz de corromper e perverter os objectivos pretendidos com a sanção aplicada ao agente, afastando-o, cada vez mais, do comportamento que de si é esperado.

Considerada como uma das mais importantes medidas de política criminal dos últimos decénios no domínio sancionatório e recomendada pelas mais altas instâncias⁴³, a prestação de trabalho a favor da comunidade concita elevadas expectativas na progressiva afirmação das medidas não institucionais como fórmulas punitivas indispensáveis à eficácia do sistema penal.

Como ensina o Professor Figueiredo Dias⁴⁴, as penas de prisão de curta duração são político-criminalmente condenadas por não possibilitarem uma eficaz actuação sobre a pessoa do delinquente em ordem à sua ressocialização, nem exercerem face à comunidade uma função de segurança relevante. Pelo que, do ponto de vista estritamente político-criminal, os limites mínimo e máximo da pena de prestação de trabalho a favor da comunidade fixados na lei se devem reputar razoáveis. Não suscita quaisquer reparos que o limite máximo da prisão possa ser substituído - 3 meses corresponda a 180 horas de prestação de trabalho [art. 60º, n.º 1]. Porém, que o mínimo de prisão que possa ser substituído, ou seja, que 1 mês corresponda apenas a 9 horas de prestação de trabalho a

⁴³ MAIA GONÇALVES, Código Penal Português – 11ª ed., em anotação ao art. 58.º, v. Recomendações e resoluções do Conselho da Europa e Regras Mínimas das Nações Unidas para a Elaboração de Medidas não Privativas de Liberdade (Regras de Tóquio) adoptadas pela Assembleia Geral das Nações Unidas na sua resolução 45/110, de 14 de Dezembro de 1990 – com menção expressa à imposição de prestação de serviços à comunidade no ponto 8.2.i).

⁴⁴ JORGE DE FIGUEIREDO DIAS, in "Direito Penal Português: As consequências Jurídicas do Crime", Coimbra Editora, 1ª Edição, 3ª Reimpressão, Janeiro de 2011, pág. 359.



favor da comunidade [art. 40º, n.º 1], é solução absolutamente inadmissível; não por força de qualquer falta de correspondência aritmética «dia de prisão/dia de PTFC», mas porque do ponto de vista político-criminal, uma pena de 9 horas de prestação de trabalho não tem sentido: ela será decerto incapaz de contribuir para a socialização do delinquente, além de que não alcançará o limiar mínimo de prevenção de integração sob a forma de tutela do ordenamento jurídico⁴⁵.

Tendo a aplicação desta pena de substituição ficado muito aquém do esperado e reconhecido o fracasso desta medida, com a revisão levada a efeito do Código Penal de 1995⁴⁶ houve um nítido propósito de alargar o campo de aplicação desta pena, transformando de forma significativa o seu regime, designadamente, alterando-se o limite máximo de pena de prisão concreta substituível pela prestação de trabalho a favor da comunidade, alargando-se para até um ano (anteriormente três meses) o máximo de pena de prisão que ela pode substituir, aumentando, assim, a moldura penal dentro da qual o juiz poderia fixar as horas de trabalho, como limite mínimo passou de 9 horas para 36 e como limite máximo passou de 180 horas para 380 horas [art. 58º, n.º 3].

A Comissão de Revisão do Código Penal (CRCP)⁴⁷ propôs um expressivo alargamento dos pressupostos da prestação de trabalho a favor da comunidade atendendo à ideia de que se tratava porventura da mais importante descoberta político-criminal dos últimos decénios no domínio sancionatório, assumindo um cariz social-positivo.

A prestação de trabalho a favor da comunidade está sobretudo prevista como forma de substituição de penas detentivas de curta duração na legislação de vários países da Europa. É uma medida aplicável ao agente considerado culpado da prática do crime a que corresponda pena de prisão em medida não superior a um ano e consiste na prestação de serviços gratuitos do Estado ou a outras pessoas colectivas de direito público ou a entidades privadas cujos fins o tribunal considere de interesse para a comunidade. Tais Serviços são prestados durante os períodos que não estejam compreendidos nas horas normais de trabalho⁴⁸.

⁴⁵ JORGE DE FIGUEIREDO DIAS, Ob. Cit., pág. 374-375.

⁴⁶ DL n.º 48/95, de 15 de Março.

⁴⁷ Este artigo foi discutido nas 7ª, 15ª e 41ª sessões da CRCP, em 7 de Abril e 12 de Setembro de 1989 e 22 de Outubro de 1990.

⁴⁸ M. MAIA GONÇALVES, Código Penal Português, Anotado e Comentado, e Legislação Complementar, 11ª Edição, Almedina, 1997, pág.219.



A não prestação do trabalho substitutivo da pena de prisão, com ou sem culpa do condenado, encontrava-se sumária e deficientemente regulada, na versão originária do Código. A suspensão provisória, revogação, extinção e substituição da prestação de trabalho a favor da comunidade, suas causas e efeitos, foram suficientemente reguladas na revisão de 95.

Em caso de incumprimento, quando este for imputável ao agente este passou a ser punido pelo crime de desobediência qualificada (com uma pena até dois anos e multa até 100 dias), sendo a prestação de trabalho revogada e passando a cumprir a pena de prisão determinada na sentença. Quando o incumprimento for não imputável ao agente, o tribunal ficou impedido de aplicar uma pena de multa ou de isentar o agente da pena, ponderando o que se revelar mais adequado à realização das finalidades da punição. O juiz passou a poder, tendo em consideração a pena de prisão determinada na sentença, substituí-la por multa, por suspensão simples ou por suspensão com imposição de deveres ou de regras de conduta.

A renúncia da aplicação da prestação de trabalho a favor da comunidade passava, também pela dificuldade de compatibilização do regime desta medida com o da multa enquanto pena de substituição.

Numa interpretação literal do art. 43º do Código Penal de 1982, este era entendido como um princípio de substituição obrigatória da pena de prisão até seis meses por multa, desde que não se opusessem necessidades de prevenção geral, daí ter sido clarificada o sentido da norma, passando a ter o seguinte teor “*a pena de prisão aplicada em medida não superior a 6 meses é substituída por uma pena de multa ou por outra pena não privativa da liberdade aplicável, excepto se a execução da prisão for exigida pela necessidade de prevenir o cometimento futuro de crimes*”.

Efectivamente, com a reforma penal de 1995⁴⁹ criou-se uma perspectiva de desenvolvimento da prestação de trabalho a favor da comunidade susceptível de estimular decisivamente a prática judiciária, ao reforçar-lhe o valor punitivo alargando de modo significativo o seu campo de aplicação e aperfeiçoando, ao mesmo tempo, os regimes jurídicos em causa. Por outro lado, os serviços de reinserção social implantados

⁴⁹ Preâmbulo do Decreto-Lei n.º 375/97, de 24 de Dezembro.



a nível nacional garantem os meios necessários à organização prática das condições de execução.

O Decreto-Lei n.º 317/95 [diploma que introduziu as alterações ao Código de Processo Penal] reformulou o regime processual da execução da prestação de trabalho a favor da comunidade [PTFC] consagrado no Código Penal de 1982, com vista a incentivar o uso desta pena, porém, as expectativas não surtiram efeito. Como consta do preâmbulo do referido diploma, a Revisão do Código Penal *com o propósito de valorização da pena de multa e outras penas não detentivas na punição da pequena e média baixa criminalidade, de modo a otimizar vias de reinserção social do delinquente.*

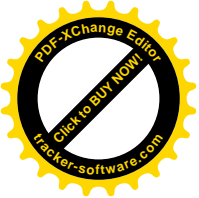
Posteriormente, e reafirmando a intenção político-criminal de aplicação da prestação de trabalho a favor da comunidade, o Decreto-Lei n.º 375/97, de 24 de Dezembro veio a colmatar uma lacuna da falta de regulamentação definindo-se procedimentos e regras técnicas destinadas a facilitar e promover a organização das condições práticas de aplicação e execução daquela pena como o próprio preâmbulo nos refere "o reforço da aplicação da pena de prestação de trabalho a favor da comunidade constitui um dos objectivos que se pretende atingir, importando criar as condições adequadas para ultrapassar o estado embrionário de aplicação desta pena na prática judiciária.

As experiencias já recolhidas em diversos países apontam seguras vantagens a esta reacção penal. Assim, para além de apresentar uma possibilidade eficaz de substituição da prisão, a prestação de trabalho a favor da comunidade parece ter encontrado mesmo reacções favoráveis por parte do público em geral.

O facto de, nesta modalidade de execução penal, o trabalho do delinquente ser directamente introduzido no circuito de produção de bens e serviços de interesse comunitário, ao lado da actividade normal dos cidadãos livres, deve certamente ter contribuído para a boa aceitação da prestação de trabalho a favor da comunidade⁵⁰.

Por razões que, supomos, estruturais esta pena não detentiva não vem sendo aplicada com a frequência desejável, não obstante ser das mais adequadas em sede

⁵⁰ M. MAIA GONÇALVES, Código Penal Português, Anotado e Comentado, e Legislação Complementar, 11ª Edição, Almedina, 1997, pág.219.



reinserção social, como comprova o êxito que tem tido em outros países, sendo muito vivamente recomendada pela penologia contemporânea⁵¹.

Procurando superar as razões de ordem conjuntural que tem obstado a uma mais frequente e desejável aplicação desta pena de substituição, a Lei n.º 75/97, de 18 de Julho, estabeleceu que os tribunais passassem a contar com a bolsa de entidades beneficiárias interessadas em colaborar, no âmbito local, com os tribunais, sendo essa bolsa fornecida e preparada pelo Instituto de Reinserção Social e correspondente ao levantamento de pessoas e instituições públicas e privadas que reúnam condições e estejam disponíveis para receber os arguidos, de acordo com critérios de selecção de postos de trabalho disponibilizados, em função da utilidade comunitária e do carácter formativo das tarefas a executar⁵².

Este instituto penal, que pode ser pronunciado a título de pena principal no quadro de crimes a que concretamente corresponda uma pena de prisão não superior a um ano, e prossegue os seguintes objectivos: reprovam o crime através de acções positivas de prestação de trabalho; reparar simbolicamente a comunidade, promovendo a utilidade social do trabalho prestado; facilitar a reintegração social do delinquente.

O tribunal tem bastante maleabilidade para fixar o regime mais conveniente para o trabalho, com particular atenção a que não pode prejudicar a jornada normal de trabalho quando o condenado não se encontra desempregado.

Tendo em consideração que é um trabalho gratuito, se o condenado se encontrar empregado, o regime de trabalho a favor da comunidade deve funcionar com base nas horas extraordinárias, se o condenado se encontrar desempregado seja uma obrigação que o leve à total ocupação do condenado.

Face a uma nova reforma do Código Penal e do Código Processo Penal em 2007, a Prestação de Trabalho a Favor da Comunidade voltou a sofrer alterações, nomeadamente,

⁵¹ A PTFC constituiu tema de debate nas Jornadas da Fundação Internacional Penal e Penitenciária, realizadas em Coimbra em Setembro de 1986.

⁵² De acordo com a Lei n.º 75/07, de 18 de Julho, a intervenção do Instituto de Reinserção Social na execução da PTFC consubstancia-se numa dupla vertente de apoio e vigilância, e caber-lhe-á a supervisão do seu cumprimento, devendo ser-lhe comunicadas quaisquer irregularidades e factos anónimos que ocorram durante a execução. As entidades que se disponham a colaborar deverão acolher o condenado, fornecendo-lhe os instrumentos de trabalho necessários e garantir que a execução da PTFC se processe de acordo com as normas relativas ao trabalho nocturno, à higiene, à saúde e à segurança no trabalho, bem como ao trabalho das mulheres e jovens.



no aumento da moldura penal, ou seja, a pena pode ser agora aplicada sempre que o agente seja punido com pena de prisão não superior a dois anos, desde que se realizem de forma adequada e suficiente as finalidades de punição.

O legislador veio, também, a estabelecer uma correspondência aritmética directa entre a pena de prisão determinada e o número de horas de trabalho, a cada dia de prisão fixado na sentença equivale actualmente uma hora de trabalho, tendo ainda sido eliminado o número mínimo de horas e fixado o máximo em 480 horas.

Quanto à revogação da Prestação de Trabalho a Favor da Comunidade [PTFC]⁵³ esta pode suceder quando o arguido se coloca intencionalmente em condições de não poder trabalhar; ou quando se recusa, sem justa causa, a prestar trabalho; ou ainda, quando infringe de forma grosseira os deveres laborais, as regras de conduta e o cometimento de crime durante o período da prestação de trabalho.

Os efeitos da revogação desta pena de substituição são de dupla ordem, caso o incumprimento seja imputável ao condenado, o tribunal ordena o cumprimento da pena de prisão fixada na sentença, com o desconto dos dias de trabalho já prestados; caso o incumprimento não seja imputável ao condenado⁵⁴ o tribunal pode em função das necessidades de prevenção geral e especial, substituir a pena de prisão por pena de multa ou suspender a execução da pena de prisão. O critério para decidir sobre a revogação da prestação de trabalho é exclusivamente preventivo, isto é, o tribunal deve ponderar se as finalidades preventivas que sustentaram a decisão de substituição da pena ainda podem ser alcançadas com a prestação de trabalho ou estão irremediavelmente prejudicadas em virtude de conduta posterior do condenado.

⁵³ Dispõe o artigo 59.º, do Código Penal.

⁵⁴ Por exemplo acidente incapacitante.



V. A PRESTAÇÃO DE TRABALHO A FAVOR DA COMUNIDADE

1. REGIME JURÍDICO

O actual regime jurídico da Prestação de Trabalho a Favor da Comunidade [PTFC] é o que resulta da última reforma do Código Penal⁵⁵ e do Código de Processo Penal de 2007⁵⁶ encontrando-se consagrado expressamente nos artigos 58º e 59º do Código Penal; 496º e 498º do Código de Processo Penal e no DL n.º 375/97, de 24 de Dezembro.

A moderna pena de Prestação de Trabalho a Favor da Comunidade tem a presidir-lhe toda uma intenção político-criminal, por um lado, ela surge como pena autónoma no sentido de que a prestação de trabalho não constitui elemento do conteúdo executivo de outra pena⁵⁷, antes ela é, em si e por si mesma, uma pena que aplicada em concreto não superior a dois anos. Por outro, a pena de Prestação de Trabalho a Favor da Comunidade aparece – na larga maioria das legislações que a consagram – como uma verdadeira pena de substituição de carácter não detentivo, destinada a evitar a execução de penas de prisão de curta duração⁵⁸.

Esta circunstância significa que, do ponto de vista político-criminal, esta pena de substituição deverá ter lugar desde que verificados os pressupostos formais da sua aplicação e sempre que se revele adequada e suficiente à realização das finalidades da punição, ou seja, à realização das finalidades de prevenção de socialização⁵⁹.

A sua aplicação depende da verificação das seguintes condições: que o juiz entenda que por este meio se realizam de forma adequada e suficiente as finalidades da punição e que o condenado aceite a sua aplicação.

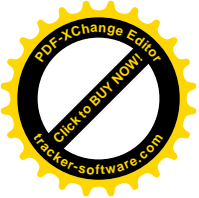
⁵⁵ Lei. N.º 56/2007, de 4 de Setembro.

⁵⁶ Lei N.º 48/2007, de 29 de Agosto.

⁵⁷ JORGE DE FIGUEIREDO DIAS, in "Direito Penal Português: As consequências Jurídicas do Crime", Coimbra Editora, 1ª Edição, 3ª Reimpressão, Janeiro de 2011, pág. 371.

⁵⁸ JORGE DE FIGUEIREDO DIAS, Ob. Cit., pág. 371.

⁵⁹ JORGE DE FIGUEIREDO DIAS, Ob. Cit., pág. 371.



O consentimento do condenado deve referir-se às condições concretas da prestação de trabalho, incluindo a selecção da entidade beneficiária, o número de horas, o local e o horário de trabalho. O consentimento deve ser obtido pelo tribunal após a prolação da sentença, pois só nesse momento o arguido passa a ser “condenado”. Recusando o condenado esta pena substitutiva, o tribunal não pode aplicar outra pena substitutiva, devendo ordenar o cumprimento da pena de prisão. À cautela, o tribunal pode previamente na audiência de julgamento aferir da disponibilidade do arguido concordar com a pena de prestação de trabalho, depois de ter obtido as necessárias informações dos serviços de reinserção social.⁶⁰

O critério de aplicação da prestação de trabalho é exclusivamente preventivo, isto é, o tribunal deve apurar se esta pena é adequada à satisfação das necessidades de prevenção especial de socialização ou de prevenção geral que resultem do caso, constituindo as finalidades de punição.

A conversão da pena de prisão em pena de prestação de trabalho opera-se de acordo com um critério automático e aritmético: cada dia de prisão corresponde a uma hora de trabalho, no máximo 480 horas, contrariamente ao que sucedia anteriormente, uma vez que na reforma Penal de 95 foi adoptado um critério de equivalência não automático nem pré-determinado.⁶¹

Este novo limite máximo, imposto pela Revisão de 2007 do Código Penal, resulta do correspondente aumento para dois anos da prisão substituída por prestação de trabalho, embora fique aquém deste aumento, uma vez que qualquer pena de prisão superior a 480 dias é convertida no montante de horas.

Postas assim as coisas, compreender-se-á o altíssimo valor que no quadro das penas de substituição deve ser atribuído à pena Prestação de Trabalho a Favor da Comunidade e que faz dela, porventura, a criação mais relevante, até hoje verificada, no arsenal punitivo de substituição da pena de prisão.

A ideia de centrar o conteúdo punitivo na perda para o condenado de uma parte substancial dos seus tempos livres, sem o privar de liberdade, permitindo-lhe,

⁶⁰ PAULO PINTO DE ALBUQUERQUE, Comentário do Código Penal à luz da Constituição da República Portuguesa e da Convenção Europeia dos Direitos do Homem, Universidade Católica Editora, 2008, pág.205.

⁶¹ In Actas CP/Figueiredo Dias, 1993:57.



consequentemente, a manutenção das suas ligações familiares, profissionais e económicas⁶².

Em suma, a manutenção do contacto com o seu ambiente e a integração social; com não menor importância, o conteúdo socialmente positivo que a esta pena (e só a ela!) assiste, enquanto se traduz numa prestação activa (no sentido de voluntária) a favor da comunidade⁶³.

2. CONTEÚDO E DURAÇÃO DA PENA

A prestação de trabalho a favor da comunidade consiste na prestação de serviços gratuitos ao Estado, a outras pessoas colectivas de direito público ou entidades privadas que o tribunal considere de interesse para a comunidade⁶⁴ e que tenham aderido à bolsa de entidades beneficiárias⁶⁵ organizada pelos serviços de Reinserção Social⁶⁶, sendo que este se integra completamente no fim da própria pena, pelo que só considerações preventivas, nomeadamente de prevenção e socialização [nunca de retribuição da culpa], podem ser erigidas em critérios de escolha da espécie e da natureza do trabalho a prestar⁶⁷.

A selecção do trabalho a desenvolver é feita em função da utilidade comunitária e do carácter formativo das tarefas a executar, de modo a favorecer a inserção social dos prestadores de trabalho, designadamente nos domínios seguintes: apoio a crianças, idosos e deficientes, ou no domínio de outras actividades de apoio social; melhoria das condições ambientais das comunidades locais; serviços auxiliares em hospitais e outros

⁶² JORGE DE FIGUEIREDO DIAS, in "Direito Penal Português: As consequências Jurídicas do Crime", Coimbra Editora, 1ª Edição, 3ª Reimpressão, Janeiro de 2011, pág.372.

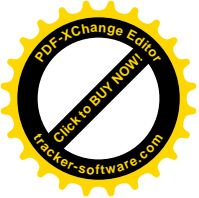
⁶³ JORGE DE FIGUEIREDO DIAS, Ob. Cit., pág. 372.

⁶⁴ Art. 60º, n.º 2 do Código Penal.

⁶⁵ Integram a bolsa de entidades beneficiárias de trabalho, câmaras municipais, juntas de freguesia, diversas instituições privadas de solidariedade social, universidades, centros paroquiais, institutos públicos, escolas, associações de bombeiros, delegações da cruz vermelha e misericórdias, entre outras.

⁶⁶ Art. 3º, n.º 1 do Decreto-Lei n.º 375/97 de 24 de Dezembro.

⁶⁷ Em sentido diferente, mas sem razão, I.R.S./JARDIM, M.^a Amélia, cit. 58.



*estabelecimentos de saúde; acções de prevenção de incêndios; trabalho em associações ou participação em actividades de carácter cultural, social ou desportivo com fins não lucrativos*⁶⁸.

Na selecção desse trabalho ponderam-se, entre outros, os critérios da disponibilidade de horários de trabalho, os benefícios sociais e as oportunidades proporcionadas pelas entidades beneficiárias⁶⁹.

Essa prestação de trabalho pode ser, hoje, fixada no máximo até 480 horas, sendo que a cada dia de prisão fixado na sentença corresponde a uma hora de trabalho, podendo ser prestado aos sábados, domingos e feriados, bem como nos dias úteis, mas neste caso os períodos de trabalho não podem prejudicar a jornada normal de trabalho, nem exceder, por dia, o permitido segundo o regime de horas extraordinárias aplicável.

A lei visa assegurar a plena compatibilidade da pena de prestação de trabalho com as obrigações profissionais do condenado porém, se a pena for executada no dia útil de trabalho, ela não pode exceder o regime das horas extraordinárias, isto é, duas horas por dia, garantindo, assim, o direito ao descanso do trabalhador.

Nada obsta que a prestação de trabalho executada aos sábados, domingos e feriados se prolongue por período superior a duas horas por dia, já que neste caso não fica em causa o direito diário ao descanso do trabalhador. De igual modo, nada obsta que o tribunal fixe uma prestação de trabalho nos dias úteis da semana por período superior a duas horas se o condenado se encontrar desempregado.

Em qualquer destes casos, o consentimento do condenado é sempre a garantia de que o regime de trabalho fixado não é prejudicial aos seus interesses⁷⁰.

Na redacção do Código Penal de 1982, a prestação de trabalho podia ter a duração de 9 a 180 horas mas não podiam exceder, por dia, o permitido de horas extraordinárias aplicável. Poder-se-ia pensar serem criticáveis estes limites mínimos e máximos de duração, com base na falta de correspondência «matemática» entre o número de horas da Prestação de Trabalho a Favor da Comunidade e o número de dias de prisão que aquela

⁶⁸ Art. 3º, n.º 2 do Decreto-Lei n.º 375/97 de 24 de Dezembro.

⁶⁹ Art. 3º, n.º 3 do Decreto-Lei n.º 375/97 de 24 de Dezembro.

⁷⁰ **PAULO PINTO DE ALBUQUERQUE**, Comentário do Código Penal à luz da Constituição da República Portuguesa e da Convenção Europeia dos Direitos do Homem, Universidade Católica Editora, 2008, pág. 205.



visava substituir, e ainda a desproporção entre os critérios de correspondência «pena de prisão/pena de PTFC», por um lado, e a «pena de multa /dias de trabalho», por outro⁷¹. Quanto a este último ponto, uma interpretação razoável do que seja o número de dias-de-trabalho correspondente aos dias de multa reduz, em larga medida, a incongruência sem prejuízo de dever reconhecer-se que, do ponto de vista político criminal, seria preferível equiparar os critérios na pena de Prestação de Trabalho a Favor da Comunidade e nos dias-de-trabalho. Quanto ao primeiro ponto assinalado, há que afirmar também aqui que o critério de correspondência não deve ser aritmético, mas normativo e político-criminal fundado.

Quanto à exigência de que a Prestação de Trabalho a Favor da Comunidade não exceda, por dia, o permitido segundo o regime de horas extraordinárias aplicável, já a propósito dos dias-de-trabalho sucedâneos da pena de multa não paga foi a questão tratada, valendo no presente contexto o que atrás se disse. Apenas deve acentuar-se agora que o artigo 60º, n.º 3 do Código Penal contém uma limitação relativa à PTFC por dia, não por ano, inexistindo por isso razões para que se apliquem à PTFC os regulamentos relativos ao máximo anual de horas extraordinárias que um trabalhador pode prestar⁷².

A lei n.º 59/2007 criou uma pena mista de trabalho a favor da comunidade com imposição de regras de conduta e até de sujeição de tratamento médico. Esta pena mista está subordinada ao consentimento do condenado apenas na parte tocante à prestação de trabalho a favor da comunidade e tratamento médico.

O carácter problemático desta pena resulta da circunstância de ela supor a existência de um período em que vigoram as regras de conduta impostas pela sentença. Ora, a pena de prestação de trabalho é uma pena de execução intermitente, no sentido de que ela se executa cada vez que se inicia um período de trabalho e se conclui quando esse período laboral cessa. Fora do período laboral a pena de prestação de trabalho não tem qualquer execução.

⁷¹ JORGE DE FIGUEIREDO DIAS, in "Direito Penal Português: As consequências Jurídicas do Crime", Coimbra Editora, 1ª Edição, 3ª Reimpressão, Janeiro de 2011, pag. 373.

⁷² JORGE DE FIGUEIREDO DIAS, in "Direito Penal Português: As consequências Jurídicas do Crime", Coimbra Editora, 1ª Edição, 3ª Reimpressão, Janeiro de 2011, pag. 375.



Portanto, esta nova pena mista só é aplicável se o tribunal determinar o período em que vigoram as ditas regras de conduta. Esse período deve iniciar-se com o primeiro dia de trabalho e acabar com o ultimo dia de trabalho⁷³.

3. PRESSUPOSTOS

3.1. Consentimento do Condenado

Em Portugal estabelece-se como pressuposto fundamental e inarredável de aplicação da pena de Prestação de Trabalho a Favor da Comunidade o consentimento do condenado, isto porque esta só poderá ser aplicada mediante a sua aceitação⁷⁴.

O consentimento é assim condição *sine qua non* da aplicação desta pena, sendo que a vontade manifestada deve ser esclarecida e tomada com a maior liberdade possível, de outro modo, trataríamos, antes, de uma pena de trabalho forçado, situação impossível, quer no quadro internacional quer para o normativo jurídico-constitucional português e eliminar-se-ia o conteúdo político-criminalmente da pena de Prestação de Trabalho a Favor da Comunidade, o qual não pode deixar de ser posto na dependência da voluntariedade da prestação⁷⁵.

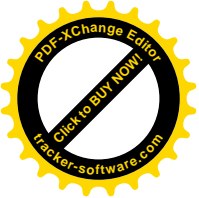
Partilhamos do entendimento, tal como a maioria da doutrina, que aplicação da Prestação de Trabalho a Favor da Comunidade sem o consentimento por parte do delinquente originaria a imposição da ressocialização, por um lado e a imposição de uma pena de trabalho forçado que em Portugal se encontra internacionalmente obrigado a não admitir, por outro⁷⁶.

⁷³ PAULO PINTO DE ALBUQUERQUE, Comentário do Código Penal à luz da Constituição da República Portuguesa e da Convenção Europeia dos Direitos do Homem, Universidade Católica Editora, 2008, pág. 206.

⁷⁴ Art. 58º, n.º 5 do Código Penal.

⁷⁵ JORGE DE FIGUEIREDO DIAS, in "Direito Penal Português: As consequências Jurídicas do Crime", Coimbra Editora, 1ª Edição, 3ª Reimpressão, Janeiro de 2011, pág. 375-376.

⁷⁶ Art.8º, n.º2 e 25º, n.º2 da CRP.



3.2. Pressuposto Formal

O pressuposto formal de aplicação da pena de Prestação de Trabalho a Favor da Comunidade é que o tribunal só dela se pode socorrer como alternativa à pena privativa da liberdade se ao agente dever ser aplicada pena de prisão não superior a dois anos.

Até à Revisão de 95 do Código Penal⁷⁷, o pressuposto formal da aplicação da pena de Prestação de Trabalho a Favor da Comunidade era que sempre que ao agente devesse ser aplicada uma pena de prisão não superior a três meses, com ou sem multa, ou só pena de multa até ao mesmo limite, o que do ponto de vista político-criminal foi, contestado e criticado, uma vez que a fixação do limite máximo de três meses para a prisão a substituir é, inadmissivelmente baixo e político-criminalmente incorrecto ao fazer de um instrumento potencialmente tão valioso uma pena de substituição para o âmbito da criminalidade meramente bagatelar⁷⁸. A lei revelando um receio exagerado perante este instituto, tornou-o num instrumento político-criminal de pequeníssima utilidade⁷⁹.

O âmbito de aplicação da pena de Prestação de Trabalho a Favor da Comunidade deve ir tão longe quanto seja permitido pelas inevitáveis limitações desta espécie de pena ao nível da execução, nomeadamente, de não se alargar para além do razoável o número de horas máximo a prestar e, por conseguinte, o prazo de execução efectivo desta pena⁸⁰.

Com a Reforma Penal de 95⁸¹, passou a ser possível a substituição por Prestação de Trabalho a Favor da Comunidade, sempre que ao agente devesse ser aplicada prisão até um ano. Assim, esta pena não será porventura adequada a substituir penas de prisão até ao limite da sua duração média [três anos]; mas já é perfeitamente adequada à substituição de penas de prisão até ao máximo de um ano, ao qual poderia corresponder uma duração máxima de trabalho de 450 horas⁸².

⁷⁷ Em vigor o Código Penal de 82 [Decreto-Lei n.º 400/82, de 25 de Setembro.

⁷⁸ JORGE DE FIGUEIREDO DIAS, Ob. Cit., pág. 377.

⁷⁹ JORGE DE FIGUEIREDO DIAS, Ob. Cit., pág. 376.

⁸⁰ JORGE DE FIGUEIREDO DIAS, Ob. Cit., pág. 377.

⁸¹ Decreto-Lei n.º 48/95, de 15 de Março.

⁸² Neste sentido, o Projecto do Código Penal de 1991, art. 58º, n.º 1.



O legislador em 2007⁸³ voltou a alargar o campo de aplicação desta medida elevando a moldura para uma medida concreta da pena de prisão não superior a dois anos, desde que se realizem de forma adequada e suficiente as finalidades de punição. O legislador veio, também, a estabelecer uma correspondência aritmética directa entre a pena de prisão determinada e o número de horas de trabalho, a cada dia de prisão fixado na sentença equivale actualmente uma hora de trabalho, tendo ainda sido eliminado o número mínimo de horas e fixado o máximo em 480 horas⁸⁴.

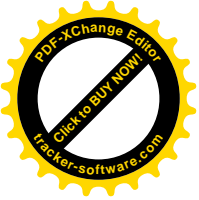
3.3. Pressuposto Material

O pressuposto material de aplicação da pena de Prestação de Trabalho a Favor da Comunidade [PTFC] é que ela se revele adequada e suficiente à realização das finalidades da punição; que ela se revele susceptível de facilitar – e, no limite, alcançar – a socialização do condenado, sem se mostrar incompatível com as exigências mínimas de prevenção de integração, sob a forma de tutela do ordenamento jurídico. As finalidades das penas [e medidas de segurança] visam a protecção dos bens jurídicos e a reintegração do agente na sociedade, trata-se de um juízo de prognose realizado pelo aplicador do direito no sentido de alcançar exigências preventivas, ao nível da prevenção geral e especial, máxime de prevenção especial de socialização.

Assim, se o tribunal chegar a uma ponderação favorável no sentido de que a Prestação de Trabalho a Favor da Comunidade salvaguarda de forma adequada e suficiente a protecção dos bens jurídicos e a socialização do delinquente, e caso estejam preenchidos os restantes pressupostos, encontra-se vinculado a substituir a pena privativa de liberdade pela Prestação de Trabalho a Favor da Comunidade.

⁸³ Lei n.º 59/2007, de 4 de Setembro.

⁸⁴ ALBUQUERQUE, PAULO PINTO DE, Comentário do Código Penal à luz da Constituição da República Portuguesa e da Convenção Europeia dos Direitos do Homem, Universidade Católica Editora, 2008, pág. 205.



O Professor Figueiredo Dias afirma "se o tribunal tiver à sua disposição, no caso, várias penas de substituição -v.g., PTFC, multa, admoestação, suspensão de execução da prisão -, ele deverá escolher a PTFC sempre que ela se revele preferível do ponto de vista da socialização e ainda compatível com a tutela do ordenamento jurídico"⁸⁵.

Como refere a Professora Anabela Miranda Rodrigues "Desde que imposta ou aconselhada, face às exigências de prevenção especial de socialização, só não será de aplicar a pena alternativa não detentiva, se a pena de prisão se mostrar indispensável para que não seja irremediavelmente posta em causa a necessária tutela dos bens jurídicos e estabilização contrafáctica das expectativas comunitárias"⁸⁶.

Assim, o julgador, perante um tipo legal de crime que prevê, em alternativa, como penas principais, as penas de prisão ou multa, deve ter em conta o princípio da preferência pela pena não privativa da liberdade, sempre que esta realizar de forma adequada e suficiente as finalidades da punição⁸⁷.

Tais finalidades reconduzem-se à protecção de bens jurídicos [prevenção geral] e à reintegração do agente da sociedade [prevenção especial] pelo que o tribunal⁸⁸, perante a previsão abstracta de uma pena compósita alternativa, deve dar preferência à multa sempre que formule um juízo positivo sobre a sua adequação e suficiência face às finalidades de prevenção geral positiva e de prevenção especial, nomeadamente de prevenção especial de socialização, preterindo-a a favor da prisão na hipótese inversa.

⁸⁵ **JORGE DE FIGUEIREDO DIAS**, in "Direito Penal Português: As consequências Jurídicas do Crime", Coimbra Editora, 1ª Edição, 3ª Reimpressão, Janeiro de 2011, pag. 378.

⁸⁶ **ANABELA RODRIGUES**, in Critérios de Escolha de Penas de Substituição no Código Penal, BFDUC, 1988, pág. 30.

⁸⁷ Artigo 70.º do Código Penal.

⁸⁸ Artigo 40.º do Código Penal.



4. DA MEDIDA CONCRETA DA PENA

No momento da determinação da pena concreta, o único critério a atender é o da prevenção, a própria lei consagra um específico poder/dever ou um poder vinculado do tribunal⁸⁹ como regra de escolha da pena principal.

A medida concreta da pena é determinada de forma autónoma, estabelecendo-se, com clareza, uma preferência pelas penas não detentivas, sempre que tal se mostre possível⁹⁰ e na esteira do ensinamento da vida do autor do projecto [Eduardo Correia], “*se ao crime forem aplicáveis, em alternativa, pena privativa e não-privativa da liberdade, o tribunal dá preferência à segunda sempre que esta realizar de forma adequada e suficiente as finalidades da punição*”⁹¹; o que significa que são finalidades exclusivamente preventivas, de prevenção especial e de prevenção geral, não finalidades de compensação da culpa, que justificam e impõem a preferência por uma pena alternativa ou por uma pena de substituição e a sua efectiva aplicação.

Bem se compreende que assim seja, sendo a função exercida pela culpa, em todo o processo de determinação da pena, a de limite inultrapassável do *quantum* daquela, ela nada tem a ver com a questão da escolha da espécie de pena. Por outras palavras: a função da culpa exerce-se no momento da determinação quer da medida da pena de prisão (necessária como pressuposto da substituição), quer da medida da pena alternativa ou de substituição; ela é eminentemente estranha, porém, às razões históricas e político-criminais que justificam as penas alternativas e de substituição, não tendo sido em nome de considerações de culpa, ou por força dela, que tais penas se construíram e existem no ordenamento jurídico.

⁸⁹ Produzindo oficiosamente prova complementar, se necessário, após a decisão sobre a verificação do crime, reabrindo a audiência para o efeito.

⁹⁰ Como decorre a partir de critérios estabelecidos no art. 70º do Código Penal.

⁹¹ Na medida em que o art.º 70º do C.P. elege, como critério da escolha da pena, a melhor prossecução das finalidades da punição, na aplicação deste preceito importa, naturalmente, ter em atenção o disposto no art.º 40º do mesmo C.P., o qual, atribui à pena um fim utilitário, de acordo com a leitura largamente maioritária que é feita do preceito. Assim sendo, a culpa, ou o grau de culpa, não são realidades a ponderar especificamente na tarefa de escolher a espécie da pena, antes têm o seu campo de incidência, privilegiado, na escolha da medida da pena. Daí que importe ver, se a opção pela pena de prisão se mostra necessária, adequada e proporcionada, ao serviço dos objectivos da prevenção geral e especial. E, se em regra são razões de prevenção especial que respondem pela não aplicação da prisão, em nome de uma melhor reinserção social do arguido, também geralmente são motivos de prevenção geral, que afastam a aplicação de uma pena de substituição, não detentiva.



Afastada a relevância da culpa no problema da escolha da pena resta determinar como se comportam mutuamente, neste âmbito, as exigências de prevenção geral e de prevenção especial.

A prevalência não pode deixar de ser atribuída a considerações de prevenção especial de socialização, por serem sobretudo elas que justificam, em perspectiva político-criminal, todo o movimento de luta contra a pena de prisão. E prevalência a dois níveis diferentes: em primeiro lugar, o tribunal só deve negar aplicação de uma pena alternativa ou de uma pena substituição quando a execução da prisão se revele, do ponto de vista da prevenção especial de socialização, necessária ou, em todo o caso, provavelmente, mais conveniente do que aquelas penas; coisa que só raramente acontecerá se não se perder de vista o já tantas vezes referido carácter criminógeno da prisão, em especial da de curta duração.

Em segundo lugar, sempre que, uma vez recusada pelo tribunal a aplicação efectiva da prisão, reste ao seu dispor mais do que uma pena de substituição [v.g. multa, prestação de trabalho a favor da comunidade, suspensão de execução de prisão] são ainda considerações de prevenção especial de socialização que devem decidir qual das espécies de penas de substituição abstractamente aplicáveis deve ser a eleita.

Neste sentido, podemos afirmar que não existe, em abstracto, uma hierarquia legal de penas de substituição, só em concreto ela se dá, isto é, em função das exigências de prevenção especial de socialização que na hipótese se façam sentir e da forma mais adequada de as satisfazer e a pena de prisão, como patamar último do sistema sancionatório, apenas deve ser aplicada se nenhuma outra do arsenal sancionatório se mostrar adequada e suficiente, o mesmo é dizer, se a prisão for a única indispensável para que não seja irremediavelmente posta em causa a tutela dos bens jurídicos.

A investigação da moldura penal tem o seu ponto de partida no tipo legal de crime previsto na lei. Determinado pelo juiz o tipo de crime que a conduta do agente preenche, a moldura penal prevista para o tipo legal respectivo entra automaticamente em aplicação. Em princípio a moldura penal aplicável resulta imediatamente do tipo legal de crime no qual se enquadra a conduta do agente. Todavia, essa moldura pode vir a ser modificada ou substituída por outra, por circunstâncias modificativas, agravantes ou atenuantes. Uma vez fixada a moldura penal que cabe em abstracto ao caso, o juiz passa



então a enfrentar a tarefa de encontrar a pena concretamente a aplicar ao caso (a medida da pena em sentido estrito).

Nos casos em que se prevê a pena de prisão ou multa em conformidade com toda a sistemática da determinação e aplicação da pena⁹², colocando no centro da decisão a questão dos fins das penas, deve o tribunal dar preferência à pena de multa, sempre que formule um juízo positivo sobre a sua adequação às finalidades de prevenção geral⁹³ positiva e de prevenção especial⁹⁴, nomeadamente de prevenção especial de ressocialização.

A escolha da pena principal de prisão em detrimento da multa não significa que desde logo se opte pela execução ou cumprimento da pena privativa da liberdade, pois entretanto haverá que ponderar a aplicação das penas de substituição que apenas são aplicáveis depois de escolhida a pena de prisão e de concretamente determinado o seu *quantum*⁹⁵.

A mera escolha da pena principal de prisão, no caso de moldura abstracta que contempla prisão, não decorre, necessariamente, que a pena privativa da liberdade tenha de ser cumprida, pode acontecer que o tribunal opte pela prisão como pena principal, por entender que a multa não satisfaz de forma adequada e suficiente todas as finalidades da punição⁹⁶. Todavia, poderá, num segundo momento, uma vez fixada a prisão em certa medida, proceder à sua substituição por tal lhe ser legalmente imposto, se a execução da

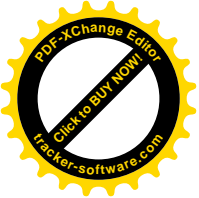
⁹² Artigos 128º, n.º2, 368º e 369º do Código de Processo Penal.

⁹³ A teoria da prevenção geral – o sentido e fim das penas encontra-se, não na influência - quer retributiva, quer correctiva ou protectora – sobre o próprio agente, mas nos seus efeitos intimidatórios sobre a generalidade das pessoas, ideia que se apresenta sob dois aspectos: um aspecto negativo, que consiste na ideia de que a pena tem por função fazer desistir (intimidar) autores potenciais; um aspecto positivo (prevenção geral positiva ou integradora), segundo a qual pune-se para manter e reforçar a confiança dos indivíduos no Direito. A Pena tem a função de mostrar a solidez da ordem jurídica face à comunidade jurídica e, por essa via, de reforçar ou fortalecer a confiança jurídica da população.

⁹⁴ A importância crescente da ideia de prevenção especial positiva, de ressocialização, deriva também de se mostrar particularmente concordante com a finalidade do Direito penal, “... enquanto se obriga exclusivamente à protecção do indivíduo e da sociedade, pois ao mesmo tempo quer ajudar o autor, quer dizer, não expulsá-lo nem marcá-lo, mas integrá-lo, com o que cumpre melhor que qualquer outra as exigências do princípio do Estado social. Ao exigir um programa de execução que assente no treino social e no tratamento de ajuda, possibilita reformas construtivas e evita a esterilidade prática do princípio da retribuição.» - **ROXIN, CLAUDIUS**, Derecho Penal, Parte General Tomo I - Fundamentos. A Estructura da Teoria do Delito, Reimpressão da 1ª edição espanhola de 1997, Madrid-1999 (tradução da 2ª edição, München, 1994).

⁹⁵ Artigo 71.º do CP.

⁹⁶ Artigo 70.º do CP.



prisão não for exigida pela necessidade de prevenir o cometimento de futuros crimes⁹⁷, ou porque, face às penas de substituição legalmente previstas, acaba por concluir que uma dessas penas satisfaz de forma adequada e suficiente as finalidades da punição⁹⁸.

A determinação da pena é alcançada pelo juiz através de um procedimento que decorre em três fases distintas: na primeira, o tribunal deve investigar e determinar a moldura penal (dita também legal ou abstracta da pena) que se aplica aos factos dados como provados; na segunda, deve o tribunal investigar e determinar, dentro daquela moldura penal, a medida concreta (dita também judicial ou individual) da pena em que o arguido deve ser condenado; ao lado da primeira operação, ou em seguida a ela, o tribunal escolhe, de entre as penas à sua disposição, a espécie de pena a aplicar concretamente.

Ao juiz cabe, pois, uma dupla ou tripla tarefa, dentro do quadro condicionante que lhe é oferecido pelo legislador. Um tal sistema tem como consequência racionalizar todo este procedimento, não mais permitindo que ele seja atribuído à discricionariedade não vinculada do juiz ou à sua arte de julgar, mas fazendo antes compreender que também nele se trata de verdadeira aplicação do direito: o juiz tem hoje ao seu dispor critérios jurídicos de determinação da pena fornecidos pelo legislador [art. 70º e 71º do Código Penal]⁹⁹.

O tribunal não é, portanto, livre de aplicar ou deixar de aplicar tal pena de substituição ou qualquer outra, pois não detém uma faculdade discricionária; antes, o que está consagrado na lei é um poder/dever ou um poder vinculado, tal como sucede com a suspensão da execução da pena, pelo que, uma vez verificados os respectivos pressupostos, o tribunal não pode deixar de aplicar a pena de substituição.

Em suma, nesta fase de escolha da pena principal pela pena de prisão, não é sinónimo de opção pela execução ou cumprimento da pena privativa de liberdade¹⁰⁰, pois

⁹⁷ Artigo 43.º do CP.

⁹⁸ Jorge Figueiredo Dias, *As consequências jurídicas do crime*, 1993, pág. 364.

⁹⁹ ANABELA MIRANDA RODRIGUES, in *A Pena de Prisão substituída por pena de Prestação de Trabalho a favor da Comunidade*, pag.662.

¹⁰⁰ Apelando aos critérios de *conveniência e adequação* para escolha da pena principal, a que igualmente se referem F.Dias, DPP II, pp. 363-4 e M. João Antunes, *Jurisprudência Crítica*, RPCC, 2001, 706 e sgs.: 2001, 710, refere a Professora Anabela Rodrigues que, “a opção pela aplicação de uma ou outra pena à disposição do tribunal não envolve um juízo, feito em função das exigências preventivas, sobre a necessidade da execução da pena de prisão efectiva – que o juiz sempre terá de demonstrar para



no nosso sistema de escolha e determinação da pena, as restantes penas alternativas à prisão são penas de substituição, o que significa que as mesmas apenas são aplicáveis depois de escolhida e concretamente determinada a medida da pena principal privativa de liberdade¹⁰¹.

5. A GRATUITIDADE DA PRESTAÇÃO DE TRABALHO A FAVOR DA COMUNIDADE.

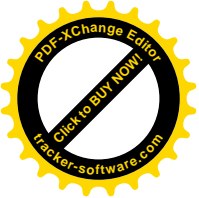
O trabalho a favor da comunidade resume-se à prestação de serviços gratuitos segundo determinadas condições: ao Estado entendido como pessoa colectiva publica que, no seio da comunidade nacional, desempenha, sob a direcção do Governo, a actividade administrativa.

As outras pessoas colectivas públicas, isto é, as pessoas colectivas criadas por acto do poder para a prossecução necessária de interesses públicos através do exercício em nome próprio de poderes de autoridade e que englobam, por exemplo, os institutos públicos, as associações públicas, as autarquias locais e as regiões autónomas.

E ainda entidades privadas de interesse para a comunidade, ou seja, desde que o tribunal considere que as finalidades por aquele prosseguidas são comunitariamente relevantes e positivas, entre as quais avultam as pessoas colectivas de utilidade pública, que são as associações ou fundações (de direito privado) que prossigam fins de interesse geral ou da comunidade nacional ou de qualquer região ou circunscrição, cooperando com a administração central ou a administração local, em termos de merecerem da parte desta administração a declaração de utilidade pública administrativa, ou seja, as pessoas colectivas de direito privado, de fim não lucrativo, cujas atribuições coincidem com as funções da administração pública, e que por isso estão sujeitas a um regime especial, e

fundamentar a aplicação da prisão -, mas sim um juízo de maior ou menor *conveniência ou adequação de uma das penas em relação à outra, em nome da realização das referidas finalidades preventivas.*”- cfr Anabela Rodrigues, *Jurisprudência Crítica*, RPCC, 1999, pp. 663 e sgs.

¹⁰¹ ANABELA MIRANDA RODRIGUES, in A Pena de Prisão substituída por pena de Prestação de Trabalho a favor da Comunidade, pág.s 663-664.



O TRABALHO A FAVOR DA COMUNIDADE

Um estudo de caso

que se dediquem a fins de beneficência, humanitários, de assistência e educação¹⁰². Não é admissível a prestação de trabalho a favor de pessoas singulares.

Assim, o único requisito na selecção da entidade beneficiária é o de os fins da entidade serem de interesse para a comunidade. Não é necessário qualquer reconhecimento formal pelo Estado do interesse público da entidade particular

Fora das horas normais de trabalho a prestação pode ser dada em qualquer dia da semana, incluindo sábados, domingos ou feriados, e sem prejuízo da jornada normal de trabalho, desde que não exceda, por dia, o número de horas extraordinárias previsto no regime legal do trabalho suplementar¹⁰³.

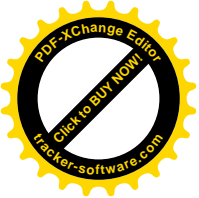
Pese embora a lei não nos diga expressamente a quem compete a escolha da instituição onde será prestado o trabalho, para o efeito, devem ser ouvidos os Serviços de Reinserção Social.

Dever-se-á ter em conta que por razões de readaptação social, essa prestação de trabalho deve estar relacionada com o facto ilícito praticado, tal como o trabalho na Cruz Vermelha ou na Prevenção Rodoviária, em casos de acidentes de viação, limpeza das florestas no caso de poluição; cooperação na ajuda dos alcoólicos nos casos de crimes no cometidos em estado de embriaguez; o trabalho nos hospitais, em caso de ofensas à integridade física; o trabalho em organismos de protecção de animais, em caso de danos em animais, o que impõe a necessidade de tal escolha pertencer ao tribunal.

Na prestação de trabalho, cada dia de prisão fixado na sentença é substituído por uma hora de trabalho, sendo o seu limite máximo 480 horas. As condições prévias para o desencadeamento dessa substituição são a aceitação pelo arguido de tal sanção e a convicção do tribunal de que há razões para concluir que assim se realizam de forma adequada e suficiente as finalidades de punição.

¹⁰² **DIOGO FREITAS DO AMARAL**, Direito Administrativo, Vol. I, Almedina, pág. 891.

¹⁰³ Art. 58º, n.º 4 do CP.



6. DO INCUMPRIMENTO DA PRESTAÇÃO DE TRABALHO A FAVOR DA COMUNIDADE. CONSEQUÊNCIAS JURÍDICAS

Os fundamentos para a revogação da Prestação de Trabalho a Favor da Comunidade [PTFC]¹⁰⁴ são quatro: a colocação intencional em condições de não poder trabalhar; a recusa, sem justa causa, a prestar trabalho; a infracção grosseira dos deveres laborais e das regras de conduta e o cometimento de crime durante o período da prestação de trabalho.

Os efeitos da revogação desta pena de substituição são de dupla ordem, caso o incumprimento seja imputável ao condenado, o tribunal ordena o cumprimento da pena de prisão fixada na sentença, com o desconto dos dias de trabalho já prestados; caso o incumprimento não seja imputável ao condenado¹⁰⁵ o tribunal pode, em função das necessidades de prevenção geral e especial, substituir a pena de prisão por pena de multa ou suspender a execução da pena de prisão.

O critério material para decidir sobre a revogação da prestação de trabalho é exclusivamente preventivo, isto é, o tribunal deve ponderar se as finalidades preventivas que sustentaram a decisão de substituição da pena ainda podem ser alcançadas com a prestação de trabalho ou estão irremediavelmente prejudicadas em virtude de conduta posterior do condenado.

¹⁰⁴ Dispõe o artigo 59.º, do Código Penal: “1 – A prestação de trabalho a favor da comunidade pode ser provisoriamente suspensa por motivo grave de ordem médica, familiar, profissional, social ou outra, não podendo, no entanto, o tempo de execução da pena ultrapassar 30 meses. 2 – O tribunal revoga a pena de prestação de trabalho a favor da comunidade e ordena o cumprimento da pena de prisão determinada na sentença se o agente, após a condenação: a) Se colocar intencionalmente em condições de não poder trabalhar; b) Se recusar, sem justa causa, a prestar trabalho, ou infringir grosseiramente os deveres decorrentes da pena a que foi condenado; ou c) Cometer crime pelo qual venha a ser condenado, e revelar que as finalidades da pena de prestação de trabalho a favor da comunidade não puderam, por meio dela, ser alcançadas. 3 – É correspondentemente aplicável o disposto no artigo 57.º. 4 – Se, nos casos previstos no n.º 2, o condenado tiver de cumprir pena de prisão, mas houver já prestado trabalho a favor da comunidade, o tribunal desconta no tempo de prisão a cumprir os dias de trabalho já prestados, de acordo com o n.º 3 do artigo anterior. 5 – Se a prestação de trabalho a favor da comunidade for considerada satisfatória, pode o tribunal declarar extinta a pena não inferior a setenta e duas horas, uma vez cumpridos dois terços da pena. 6 – Se o agente não puder prestar o trabalho a que foi condenado por causa que lhe não seja imputável, o tribunal, conforme o que se revelar mais adequado à realização das finalidades da punição: a) Substitui a pena de prisão fixada na sentença por multa até 240 dias, aplicando-se correspondentemente o disposto no n.º 2 do artigo 43.º; ou b) Suspende a execução da pena de prisão determinada na sentença, por um período que fixa entre um ano e três anos, subordinando-a, nos termos dos artigos 51.º e 52.º, ao cumprimento de deveres ou regras de conduta adequados.”

¹⁰⁵ Por exemplo acidente incapacitante.

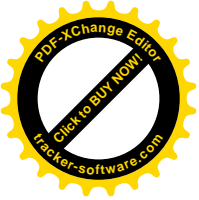


Ora, vejamos, analisemos cada uma das situações de incumprimento: a colocação intencional em condições de não poder trabalhar representa uma concretização do princípio da *actio libera in causa* consagrado no art. 20, n.º 2 do Código Penal, subsumindo-se à situação de incapacidade criada com dolo necessário [art.º 59, n.º 1, al. a)], isto ainda nos termos deste princípio.

A recusa de prestação de trabalho que não seja fundamentada por motivo ponderoso constitui motivo de revogação da pena substitutiva¹⁰⁶ cabendo ao tribunal e não à entidade beneficiária da prestação de trabalho avaliar a justa causa do motivo invocado pelo condenado para não prestar trabalho.

A infracção grosseira dos deveres decorrentes da pena inclui, não apenas deveres gerais de qualquer trabalhador [assiduidade, zelo, obediência às ordens da entidade beneficiária da prestação]. A infracção não tem de ser dolosa sendo bastante a infracção que resulta de uma atitude particularmente censurável de descuido ou leviandade. Cabendo ao tribunal e não à entidade beneficiária da prestação de trabalho avaliar dos deveres do condenado, devendo ter em conta o grau de satisfação dessa entidade, devendo, para o efeito, ouvi-la.

¹⁰⁶ Mas não constitui o crime do artigo 353º nem o do 348º ambos do Código Penal tendo a Revisão do Código Penal de 95 revogado precisamente o crime de recusa previsto no artigo 60, n.º 6 do Código Penal na sua versão inicial.



VI. ESTUDO DE CASO

1. Da Análise do Caso

Nos autos de processo sumário [art.º 381º do Código de Processo Penal], que correu termos no Tribunal Judicial da Comarca de Soure em que foram Autor o Ministério Público e o Arguido A... decidiu-se julgar a acusação pública totalmente procedente e em consequência:

- condenar o arguido A., pela prática em autoria material, de um crime de condução de veículo automóvel sem habilitação legal previsto e punível pelo disposto no nº 1 do artigo 3º, do Dec. Lei nº 2/98, de 3 de Janeiro, por referência ao disposto no artigo 121º, nº 1 do Código Penal, na pena de 40 (quarenta) dias de multa à taxa diária de 5,00 €, o que perfaz um total de 200,00 euros, v. fls. 20-23.

- (...)

Após a leitura da sentença, o arguido requereu a substituição da pena de multa a que foi condenado pela prestação de trabalho a favor da comunidade entendendo que esta realizava de forma adequada e suficiente as finalidades da punição, v. fls. 71.

Tendo a mesma sido deferida pelo Tribunal *a quo*.

Porém, solicitado relatório da Direcção Geral de Reinserção Social [DGRS] respeitante á possibilidade de prestação de trabalho a favor da comunidade por parte do arguido [art.º 490, n.º 2 Código de Processo Penal], foi elaborado relatório que entendeu não existirem condições para a execução da prestação de trabalho em substituição da multa, com os fundamentos seguintes e cujo conteúdo se passa a citar, v. fls. 76-78:

1 - Caracterização Sócio-Familiar

O arguido A. tem 52 anos de idade e reside com os pais, ambos reformados e com idades avançadas, em casa propriedade destes, situada numa pequena povoação de características marcadamente rurais. O arguido encontra-se bem inserido no contexto sócio-comunitário



onde reside, sendo que todos conhecem a sua situação, na sequência do grave acidente sofrido aos 18 anos de idade. Um acidente de tractor terá provocado fractura na coluna (D12) e consequente paraparésia (paralisia incompleta de nervo ou músculo dos membros inferiores, que não perderam totalmente a sensibilidade e o movimento), com consequências ao nível da marcha, auxiliada por duas canadianas e uso de botas de modelo ortopédico. Tem perda de sensibilidade nos membros inferiores, mais acentuado do lado esquerdo. É com muita facilidade que surgem feridas nos membros inferiores, com difícil cicatrização, situação que requer um acompanhamento médico regular. A este propósito foram-nos referenciados internamentos de curta-média duração com vista ao seu tratamento. O arguido, nas suas actividades diárias, beneficia do apoio dos seus pais e familiares próximos.

2 - Enquadramento Profissional

De acordo com as informações recolhidas, o arguido não desempenha qualquer tipo de actividade desde que teve o acidente, sendo beneficiário de uma pensão por invalidez no valor aproximado dos 240,00€.

3 - Disponibilidade / Motivação

Pelo que nos foi dado saber o arguido não reúne, salvo melhor opinião, condições físicas e motoras suficientes e necessárias para executar a medida de trabalho a favor da comunidade.

4 - Conclusão / Proposta

Face ao exposto, parece-nos que não há condições de viabilidade para a execução da prestação de trabalho em substituição da multa em que o arguido foi condenado.

Face às limitações físicas e motoras apresentadas pelo arguido, que efectivamente reduzem as suas capacidades e que constituem um constrangimento ao regular cumprimento da referida medida, e esse Tribunal assim o entenda, poder-se-á ponderar uma alternativa exequível à medida aplicada, nomeadamente a sua substituição por um período de suspensão, com o cumprimento de deveres ou regras de conduta adequadas, com a possibilidade de serem, igualmente, apoiadas e vigiadas e acompanhadas por estes Serviços de Reinserção Social, das quais poderão constar:

1. Não voltar a cometer crimes similares;
2. Acatar as orientações dos Serviços de Reinserção Social, através do Técnico responsável pelo seu acompanhamento.

Perante a sugestão dos Técnicos da DGRS, o Tribunal *a quo* tomou a seguinte posição: face ao relatório apresentado e não se afigurando possível a conversão da multa em prestação de trabalho a favor da comunidade, deve ser notificado o arguido para proceder ao pagamento da multa em que foi condenado sob pena de cumprimento de prisão subsidiária, v. fls. 79 e 80.

“Por sentença transitada em julgado a 14.02.2011, foi o arguido A. condenado na pena de 40 dias de multa, à taxa diária de € 5,00 num total de € 200,00.

Notificado para proceder ao pagamento da multa em conformidade, o arguido nada pagou, vindo a requerer, muito para lá do prazo fixado para o pagamento voluntário da multa, substituição da multa em prestação de trabalho a favor da comunidade.



O TRABALHO A FAVOR DA COMUNIDADE

Um estudo de caso

Solicitado relatório à DGRS veio a concluir-se pela inexistência de condições de prestação pelo arguido de trabalho a favor da comunidade.

Notificado para, conseqüentemente, proceder ao pagamento da multa, o arguido nada pagou.

Mostra-se inviável a instauração de execução para cobrança coerciva da multa em causa.

O Digno Magistrado do Ministério Público promoveu a conversão da pena de multa não paga em prisão subsidiária, nos termos do artigo 49.º do Código Penal.

Cumpra apreciar e decidir.

Dispõe o artigo 49.º, n.º 1 do Código Penal que “Se a multa, que não tenha sido substituída por trabalho, não for paga voluntária ou coercivamente, é cumprida prisão subsidiária pelo tempo correspondente reduzido a dois terços, ainda que o crime não fosse punível com prisão, não se aplicando, para o efeito, o limite mínimo dos dias de prisão, constante do n.º 1 do artigo 41.º”.

Ora, atentos os factos supra descritos, conclui-se que a multa não foi paga pelo arguido, quer voluntária quer coercivamente, pelo que se mostram verificados os requisitos do artigo 49.º, n.º 1 do Código Penal.

Neste sentido, importa o cumprimento, pelo arguido, de 25 dias de prisão subsidiária descontado um dia de detenção cfr. artigo 80.º CP e fls. 2.

Pelo exposto determina-se o cumprimento pelo arguido de 25 (vinte e cinco) dias de prisão subsidiária, v. fls. 97.

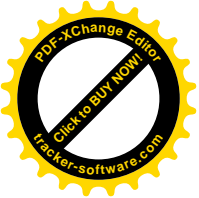
Notifique, devendo o arguido ser expressamente advertido que a todo o tempo pode evitar, total ou parcialmente, a execução da prisão subsidiária, pagando, no todo ou em parte, a multa a que foi condenado, conforme assim dispõe o n.º 2, do artigo 49.º do Código Penal, v. fls. 97.

Após trânsito,

Passe mandados de detenção e condução do arguido ao competente estabelecimento prisional, devendo aí constar expressamente que o montante da multa é de €200,00, bem como que a importância a descontar por cada dia/fracção em que o arguido estiver detido é de €8,00; e a advertência de que a todo o tempo pode evitar, total ou parcialmente, a execução da prisão subsidiária, pagando, no todo ou em parte, a multa a que foi condenado (artigo 491.º-A, do CPP, aditado pela Lei 115/2009, 12.10).”, v. fls. 97.

Face ao despacho acima mencionado, a defensora oficiosa do arguido A. ora condenado, apresentou novo requerimento nos autos, com base nos relatórios já apresentados pelos Técnicos da DGRS, no sentido de evitar a prisão subsidiária, uma vez que o pagamento da multa era inoportuno face aos rendimentos auferidos pelo arguido, reiterando, assim, a posição tomada pela DGRS no sentido de ser aplicado *um período de suspensão com o cumprimento de deveres ou regras de conduta* adequadas em alternativa à Prestação de Trabalho a Favor da Comunidade, isto tendo em consideração as dificuldades motoras e de locomoção do arguido, v. fls. 101.

1. “O arguido foi condenado a pagar uma multa no montante de 200, 00 €,



O TRABALHO A FAVOR DA COMUNIDADE

Um estudo de caso

2. Porém, face às dificuldades que o mesmo apresenta, uma vez que vive de uma pensão de reforma por invalidez de 240,00 €, o arguido requereu o trabalho a favor da comunidade, por se entender que o mesmo acautelava de forma adequada e suficiente a realização das finalidades da punição.

3. Todavia, o relatório elaborado pela equipa do IRS, onde expressamente consta que, e passa a citar-se:

“Um acidente de tractor terá provocado fractura na coluna (D12) e consequente paraparésia (...), com consequências ao nível da marcha, auxiliada por duas canadianas e uso de botas de modelo ortopédico. Tem perda de sensibilidade nos membros inferiores, mais acentuado do lado esquerdo. É com muita facilidade que surgem feridas nos membros inferiores, com difícil cicatrização, situação que requer um acompanhamento médico regular.

Pelo que nos foi dado saber o arguido não reúne, salvo melhor opinião, condições físicas e motoras suficientes e necessárias para executar a medida de trabalho a favor da comunidade.”

4. Concluindo-se, assim, que *“Face às limitações físicas e motoras apresentadas pelo arguido, que efectivamente reduzem as suas capacidades e que constituem um constrangimento ao regular cumprimento da referida medida, e esse Tribunal assim o entenda, poder-se-á ponderar uma alternativa exequível à medida aplicada, nomeadamente a sua substituição por um período de suspensão, com o cumprimento de deveres ou regras de conduta adequadas, com a possibilidade de serem, igualmente, apoiadas e vigiadas e acompanhadas por estes Serviços de Reinserção Social, das quais poderão constar:*

1. Não voltar a cometer crimes similares;

2. Acatar as orientações dos Serviços de Reinserção Social, através do Técnico responsável pelo seu acompanhamento”.

Termos em que, se requer a V. Ex.^a, tendo em especial atenção e consideração às dificuldades motoras e de locomoção do arguido se aplique, em alternativa à medida aplicada, um período de suspensão, com o cumprimento de deveres ou regras de conduta adequadas, tal como o proposto, nomeadamente, não voltar a cometer crimes similares; e acatar as orientações dos Serviços de Reinserção Social, através do Técnico responsável pelo seu acompanhamento.”

M.P. pronunciou-se no sentido de que “as penas criminais têm de ser cumpridas. O arguido podia ter requerido o pagamento da multa em prestações mas optou por requerer que a pena de multa fosse substituída pela prestação de trabalho a favor da comunidade. Porém, não pode prestar qualquer trabalho a favor da comunidade estando assim prejudicada tal hipótese.

A proposta da DGRS é conhecida dos autos e foi por não se concordar com a mesma – por entender que retira à pena toda a sua capacidade de prevenção geral e especial – que se promoveu a conversão da pena de multa em prisão subsidiária.

Assim, deve indeferir-se o requerido.”, v. fls. 105

E o Tribunal a quo decidiu no sentido de: “Não tendo o requerido pelo arguido – na sequência do sugerido pela DGRS – qualquer fundamento legal, indefere-se o mesmo.

Com efeito, para que se pudesse suspender o trabalho a favor da comunidade necessário seria que o mesmo tivesse iniciado ou, pelo menos, se tivessem verificado as condições necessárias à respectiva conversão da multa e esta se tivesse efectivamente concretizado, o que não aconteceu.



Acresce a isto o facto de o requerido pelo arguido não consubstanciar qualquer cumprimento legal da pena de multa em que foi condenado.”, v. fls. 106.

Mantendo-se assim a decisão da prisão subsidiária do condenado, por falta de fundamento legal, v. fls. 110.

Temos vindo analisar que no momento da determinação da pena concreta a aplicar ao arguido, o único critério a atender é o da prevenção, a própria lei consagra um específico poder/dever a que o tribunal está vinculado como regra de escolha da pena principal. Assim, perante o tipo legal de crime que, no caso em análise, é o crime de condução de veículo automóvel sem habilitação legal, o juiz prevê como penas principais, as penas de prisão ou multa, devendo ter em conta o princípio da preferência pela pena não privativa da liberdade, sempre que esta realizar de forma adequada e suficiente as finalidades da punição¹⁰⁷.

O crime de condução sem habilitação legal é um crime de perigo abstracto¹⁰⁸, cujo bem jurídico protegido é a segurança rodoviária. Esta incriminação destina-se, igualmente, à protecção, antecipada, de bens jurídicos individuais, uma vez que se pretende evitar, ou pelo menos, manter dentro de certos limites, a sinistralidade rodoviária que tem vindo a aumentar vertiginosamente no nosso país, punindo todas aquelas condutas que se mostrem susceptíveis de lesar a segurança deste tipo de circulação, e que, ao mesmo tempo, coloquem em perigo a vida, a integridade física ou bens patrimoniais alheios de valor elevado.

Claro, que a finalidade da pena¹⁰⁹ reconduz-se à protecção dos bens jurídicos [prevenção geral] e à reintegração do agente da sociedade [prevenção especial] pelo que o tribunal, perante a previsão abstracta de uma pena alternativa, deve dar preferência à pena de multa, como foi o caso, sempre que formule um juízo positivo sobre a sua adequação e suficiência face às finalidades de prevenção geral positiva e de prevenção especial, nomeadamente de prevenção especial de socialização.

Daí, o arguido ter sido condenado a uma pena de quarenta dias de multa, à taxa diária de cinco euros [€ 5,00], v. fls 22. Ora, face às inúmeras dificuldades económicas

¹⁰⁷ Artigo 70.º do Código Penal.

¹⁰⁸ Anotações de **PAULA RIBEIRO DE FARIA**, in Comentário Conimbricense do Código Penal, de **JORGE FIGUEIREDO DIAS**, Parte Especial, Tomo II, Coimbra Editora 1999, pág. 1093

¹⁰⁹ Artigo 40.º do Código Penal.



do condenado, bem como a falta de possibilidades de pagar a multa, mesmo sendo em prestações, requereu a substituição da pena de multa pela prestação de trabalho a favor da comunidade.

Se o tribunal chegar a uma ponderação favorável no sentido de que a Prestação de Trabalho a Favor da Comunidade salvaguarda de forma adequada e suficiente a protecção dos bens jurídicos e a socialização do delinquente, e caso estejam preenchidos os restantes pressupostos, encontra-se vinculado aplicar aquela pena de substituição.

No caso em apreço entendeu o Tribunal *a quo* estarem reunidos todos os pressupostos para a aplicação da prestação de trabalho a favor da comunidade, daí o deferimento do pedido.

Desde logo, é condição *sine qua non* da sua aplicabilidade o consentimento do condenado, uma vez que a sua aceitação deve ser uma vontade livre e esclarecida. Aqui não se levanta qualquer questão quanto consentimento na medida em que foi o próprio a requerer prestar trabalho a favor da comunidade. Todavia, não sendo o próprio a requerer-lo este terá sempre de prestar o seu consentimento.

Por outro lado, o tribunal só poderá socorrer-se desta pena de substituição, como alternativa à pena privativa da liberdade, se ao agente dever ser aplicada pena de prisão não superior a dois anos [pressuposto formal]. E, ainda, a prestação de trabalho a favor da comunidade se revele adequada e suficiente à realização das finalidades da punição [pressuposto material]; que “ela se revele susceptível de facilitar – e, no limite, alcançar – a socialização do condenado, sem se mostrar incompatível com as exigências mínimas de prevenção de integração, sob a forma de tutela do ordenamento jurídico”¹¹⁰.

Aqui chegados e reunidos todos os pressupostos de aplicabilidade da prestação de trabalho a favor da comunidade, julgamos que esta deveria sempre ser aplicada, como pena de substituição da pena principal de multa.

Acontece, que apesar de num primeiro momento esta pena ter sido deferida pelo Tribunal, na realidade, ela não chegou a aplicar-se e não o foi por culpa imputável ao condenado. Ou seja, não se aplicou ao condenado a prestação de trabalho a favor da comunidade por circunstâncias que lhe são alheias, voltando o tribunal a aplicar a pena principal - a pena de multa.

¹¹⁰ JORGE DE FIGUEIREDO DIAS, Ob. Cit., pag. 378.



E se o condenado não possuir meios económicos para proceder ao pagamento da multa deverá cumprir prisão subsidiária?

Da nossa experiência, verificamos que os Tribunais entendem que sim, tal como aconteceu no caso em apreço. É precisamente aqui que se verifica o maior dos inconvenientes da pena de multa e o encargo desigual entre ricos e pobres, aumentando de forma exponencial o fosso social entre classes.

Caindo por terra toda política criminal subjacente à aplicação das penas de substituição, o movimento de luta contra as curtas penas de prisão.

Voltamos a recordar as sábias palavras do Professor Figueiredo Dias¹¹¹ quando refere que as penas de prisão de curta duração são político-criminalmente condenadas por não possibilitarem uma eficaz actuação sobre a pessoa do delinquente em ordem à sua ressocialização, nem exercerem, face à comunidade, uma função de segurança relevante.

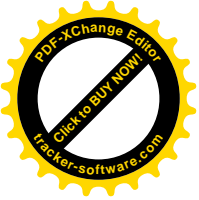
Entendemos ser pertinente levantar algumas questões:

Poderá existir uma falha no sistema de modo a impedir que determinadas pessoas prestem trabalho a favor da comunidade, uma vez que a pena de multa se sobrepõe a esta pena de substituição quando estamos perante uma pessoa deficiente?

No caso em estudo, quando se verifica a inviabilidade para a execução da prestação de trabalho a favor da comunidade, por razões não imputáveis ao condenado, deverá aplicar-se novamente a pena principal [a pena de multa]? Mesmo tendo o Tribunal reunido todos os elementos respeitantes à indigência do condenado, deveria determinar que o arguido procedesse ao pagamento da multa sob pena de cumprimento de prisão subsidiária?

Tentaremos debater estas questões, tendo como pano de fundo algumas premissas fundamentais desta pena de substituição, analisando, ainda, se em determinadas situações toda a política-criminal que esteve na origem da prestação de trabalho a favor da comunidade não será posta em causa, tendo em consideração que Prestação de Trabalho a Favor da Comunidade encontra a sua justificação político-criminal no movimento que surgiu e se vem acentuando contra as curtas penas de prisão. Penas essas que introduzem o condenado no meio criminógeno, altamente estigmatizante, que, por obedecer a valores

¹¹¹ **JORGE DE FIGUEIREDO DIAS**, in "Direito Penal Português: As consequências Jurídicas do Crime", Coimbra Editora, 1ª Edição, 3ª Reimpressão, Janeiro de 2011, pág. 359.



e princípios próprios, é capaz de corromper e perverter os objectivos pretendidos com a sanção aplicada ao agente, afastando-o, cada vez mais, do comportamento que de si é esperado.

Pois, num espaço de consensualismo onde os ordenamentos jurídicos procuram levar tão longe quanto possível a velha máxima da pena prisão como a *última ratio* da política criminal, onde a previsão de penas de substituição é generosa e a pena reconforma-se em sentido positivo, prospectivo e socializador, acabamos por verificar que vivemos um momento de transição onde as desigualdades sociais aumentam exponencialmente. Um momento onde pobreza tende a ser identificada com o crime, fruto da “*estigmatização social*”¹¹², onde os pobres são preferencialmente os clientes “*não porque tenham uma maior tendência para delinquir, mas precisamente porque tem maiores chances de serem criminalizados e etiquetados como criminosos*”¹¹³.

Porém, entendemos os cidadãos continuam a ver os Tribunais e os seus juízes como a última instância na defesa dos seus direitos fundamentais exigindo dos mesmos uma justiça social e efectiva. Exigem um poder judicial activo que defenda os seus direitos e não um poder judicial passivo ou amorfo subserviente ao poder instalado e cego à realidade social e económica e aos princípios fundamentais de direito reguladores de um Estado Democrático de Direito.

Os Tribunais como órgãos de soberania que são, têm competência para administrar a justiça em nome do povo, incumbindo-lhes assegurar a defesa dos direitos e interesses legalmente protegidos dos cidadãos, reprimir a violação da legalidade democrática e dirimir os conflitos de interesses públicos e privados, sendo certo que nos feitos submetidos a julgamento não podem os tribunais aplicar normas que infrinjam o disposto na Constituição ou os princípios nela consignados (arts. 202.º e 204º da CRP). Os juízes estão sujeitos às leis, aos tratados e às Constituições, mas quem verdadeiramente determina o que as leis, os tratados e as Constituições dizem são os próprios juízes. O poder judicial, tal como os restantes poderes, tem limites. Quer as normas, quer as

¹¹² CRISTIANE DE SOUZA REIS, Pobres Delinquentes, in Sociedade crise e reconfigurações.

¹¹³ VERA REGINA ANDRADE, Do paradigma etiológico ao paradigma da reação social: Mudança e permanência de paradigmas criminológicos na ciência e no senso comum. *Revista Sequência* 30, págs. 24 a 36.2004, p. 32, in CRISTIANE DE SOUZA REIS, Pobres Delinquentes, in Sociedade crise e reconfigurações.



decisões deverão resultar de processos participados e equitativos que potenciem a sua justiça e correcção.

2. Na encruzilhada entre a teoria e a prática

Partindo da premissa de que todo o nosso sistema penal que assenta na concepção básica de que as sanções privativas da liberdade constituem a *último ratio* da política criminal, dando assim cumprimento aos princípios da necessidade, da proporcionalidade e da subsidiariedade¹¹⁴, sem esquecer que a prestação de trabalho a favor da comunidade, como pena de substituição que é, integra do ponto de vista histórico e político-criminal o movimento de luta contra as penas de prisão.

Mediante os reconhecidos os efeitos criminógenos da prisão, bem como os efeitos negativos das curtas penas de prisão que acabam por se revelar absolutamente inúteis e prejudiciais à ressocialização do indivíduo, entendemos que entre os principais inconvenientes dessa pena de prisão sobressai, como acabámos de referir, o efeito criminógeno que deriva da inserção do condenado na subcultura prisional, a dessocialização resultante do corte que essa pena provoca a nível das relações familiares e profissionais, assim como a infâmia social que anda ligada a quem alguma vez esteve preso.

Muito embora, a pena privativa de liberdade seja encarada pela generalidade das pessoas como o único meio adequado à satisfação ou estabilização do sentimento de segurança da comunidade abalada pela ocorrência do crime e alcançando, simultaneamente, a socialização do delinquente¹¹⁵.

A pena de multa, pelo contrário, ao não quebrar os laços do condenado com o seu meio familiar e profissional evita um dos mais fortes efeitos criminógenos da pena privativa de liberdade, a dessocialização e a estigmatização que a esta andam ligadas.

¹¹⁴ Art.s 70º e 98º do Código Penal.

¹¹⁵ JORGE DE FIGUEIREDO DIAS, in "Direito Penal Português: As consequências Jurídicas do Crime", Coimbra Editora, 1ª Edição, 3ª Reimpressão, Janeiro de 2011, pág.s 112-113.



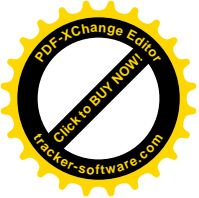
Porém, esta pena contém alguns inconvenientes sendo o mais relevante o encargo desigual entre ricos e pobres, associado ao efeito secundário criminógeno que é o incitamento a que o agente cometa novos crimes para compensar a perda pecuniária que o pagamento da multa lhe acarretou, aumentando exponencialmente o fosso social entre classes.

Ora, tendo em consideração que o único critério a atender no momento da determinação da pena concreta é o da prevenção; sem esquecer que como regra de escolha da pena principal, a lei consagra um específico poder/dever ou um poder vinculado do tribunal produzindo oficiosamente prova complementar, se necessário após a decisão sobre a verificação do crime, reabrindo a audiência para o efeito.

Esta preferência pelas penas não detentivas, verifica-se sempre que tal se mostre possível, ou seja, “*se ao crime forem aplicáveis, em alternativa, pena privativa e não-privativa da liberdade, o tribunal dá preferência à segunda sempre que esta realizar de forma adequada e suficiente as finalidades da punição*”¹¹⁶, são finalidades exclusivamente preventivas, de prevenção especial e de prevenção geral, por serem sobretudo elas que justificam, numa perspectiva político-criminal, todo o movimento de luta contra a pena de prisão.

Assim, determinado que esteja pelo juiz o tipo de crime que a conduta do agente preenche, a moldura penal aplicável resulta do tipo legal de crime no qual se enquadra a conduta do agente, mas essa moldura pode vir a ser modificada ou substituída por outra, por circunstâncias modificativas, agravantes ou atenuantes. Isto porque, uma vez fixada a moldura penal que em abstracto cabe ao caso *sub judice*, o juiz enfrenta então a tarefa de encontrar a pena concretamente aplicável a esse mesmo caso. Nos casos em que se prevê a pena de prisão ou multa deve o tribunal dar preferência à pena de multa, sempre que formule um juízo positivo sobre a sua adequação às finalidades de prevenção geral positiva e de prevenção especial, nomeadamente de prevenção especial de ressocialização.

¹¹⁶ Artigo 70º do Código Penal.



A determinação da pena é alcançada pelo juiz através de três fases distintas¹¹⁷: o tribunal deve investigar e determinar a moldura penal que se aplica aos factos dados como provados; deve o tribunal investigar e determinar, dentro daquela moldura penal, a medida concreta da pena em que o arguido deve ser condenado; ao lado da primeira operação, ou em seguida a ela, o tribunal escolhe, de entre as penas à sua disposição, a espécie de pena a aplicar concretamente. Ao juiz cabe, pois, uma dupla ou tripla tarefa, dentro do quadro condicionante que lhe é oferecido pelo legislador.

Um tal sistema, tem como consequência racionalizar todo este procedimento, não mais permitindo que ele seja atribuído à discricionariedade não vinculada do juiz ou à sua “arte” de julgar, mas fazendo antes compreender que também nele se trata de verdadeira “aplicação do direito”: o juiz tem hoje ao seu dispor critérios jurídicos de determinação da pena fornecidos pelo legislador [art. 70º e 71º do Código Penal]¹¹⁸.

No caso em apreço, o Tribunal *a quo* decidiu face aos factos dados como provados condenar o arguido pela prática, em autoria material, de um crime de condução de veículo automóvel sem habilitação legal, previsto e punível pelo disposto no nº 1 do artigo 3º, do Dec. Lei nº 2/98, de 3 de Janeiro¹¹⁹, por referência ao disposto no artigo 121º, nº 1 do Código Penal. Dentro daquela moldura penal [*prisão até 1 ano ou com pena de multa até 120 dias*] o Tribunal determinou que a medida concreta da pena em que o arguido deve ser condenado, ou seja, condenou o arguido a uma pena de 40 (quarenta) dias de multa à taxa diária de 5,00 €, o que perfaz um total de 200,00 euros. Tendo o tribunal escolhido a pena de multa, v. fls. 20-23.

Acontece, que a lei permite ao arguido, requerer a substituição da pena de multa a que foi condenado a título da pena principal por uma pena de substituição, no caso em apreço, foi a prestação de trabalho a favor da comunidade. Isto se o tribunal concluir que por este meio se realizam de forma adequada e suficiente as finalidades da punição.

¹¹⁷ ANABELA MIRANDA RODRIGUES, in A Pena de Prisão substituída por pena de Prestação de Trabalho a favor da Comunidade, RPCC, Ano 9, Fasc. 4º, Outubro-Dezembro 1999, pag.662.

¹¹⁸ ANABELA MIRANDA RODRIGUES, Ob. Cit., pag.662.

¹¹⁹ Artigo 3º do Dec. Lei nº 2/98, de 3 de Janeiro, 1 — Quem conduzir veículo a motor na via pública ou equiparada sem para tal estar habilitado nos termos do Código da Estrada é punido com prisão até 1 ano ou com pena de multa até 120 dias. 2 — Se o agente conduzir, nos termos do número anterior, motociclo ou automóvel a pena é de prisão até 2 anos ou multa até 240 dias.



A prestação de trabalho a favor da comunidade foi concedida, tendo sido solicitada a intervenção da Direcção Geral de Reinserção Social para averiguar da viabilidade do condenado prestar trabalho a favor da comunidade, concluindo pela sua inviabilidade, mas não por razões imputáveis ao próprio, conforme consta do relatório.

Recordamos que a pena de substituição de prestação de trabalho a favor da comunidade surgiu no Código Penal de 1982¹²⁰ sendo, talvez, o corolário de uma nova filosofia fundamentada nos projectos da autoria de Eduardo Correia¹²¹ e que procuravam dotar o ordenamento jurídico-penal de um cariz mais humanista e inovador; tivesse tal projecto sido mais rapidamente aprovado e poderíamos ainda classificá-lo como altamente precursor - relativamente ao direito alemão e a outros projectos estrangeiros¹²².

Dispunha-se que, *“se o agente for considerado culpado pela prática de crime a que, concretamente, corresponda a pena de prisão, com ou sem multa, não superior a 3 meses, ou só pena de multa até ao mesmo limite, pode o tribunal condená-lo à prestação de trabalho a favor da comunidade”*¹²³.

A reforma operada pelo Decreto-Lei 48/95, de 15 de Março, com o nítido propósito de largar o campo de aplicação desta pena, que passou a dispor: *“se ao agente dever ser aplicada pena de prisão em medida não superior a 1 ano, o tribunal substitui-a por prestação de trabalho a favor da comunidade sempre que concluir que por este meio se realizam de forma adequada e suficiente as finalidades da punição”*¹²⁴.

¹²⁰ Decreto-Lei n.º 400/82 de 23 de Setembro.

¹²¹ Projectos elaborados em 1963 ("Parte geral") e em 1966 ("Parte Especial").

¹²² MAIA GONÇALVES, Código Penal 1982, Introdução, pág.15.

¹²³ Artigo 60.º, n.º 1 do Código Penal de 82 «1 – Se o agente for considerado culpado pela prática de crime a que, concretamente, corresponda a pena de prisão com ou sem multa, não superior a três meses, ou só pena de multa até ao mesmo limite, pode o tribunal condená-lo à prestação de trabalho a favor da comunidade. 2 – A prestação de trabalho a favor da comunidade consiste na prestação de serviços gratuitos, durante períodos não compreendidos nas horas normais de trabalho, ao Estado, a outras pessoas colectivas do direito público ou entidades privadas que o tribunal considere de interesse para a comunidade. 3 - A prestação de trabalho pode ter a duração de 9 a 180 horas, que não podem exceder, por dia, o permitido segundo o regime de horas extraordinárias aplicável. 4 – Esta sanção deve ser aplicada com aceitação do réu considerado culpado. 5 – A prestação de trabalho a favor da comunidade é controlada por órgãos de serviço social. 6 – Caso o agente, após a condenação, se coloque intencionalmente em condições de não poder trabalhar ou se recuse, sem justa causa, a prestar o trabalho, será punido com a pena prevista no n.º 3 do artigo 388º. 7 – Se o agente não puder prestar o trabalho por causa superveniente que lhe não seja imputável, o tribunal, conforme os casos, poderá aplicar-lhe uma pena de multa, ou mesmo isentá-lo da pena.

¹²⁴ Artigo 58.º, do Código Penal de 95 «1 - Se ao agente dever ser aplicada pena de prisão em medida não superior a 1 ano, o tribunal substitui-a por prestação de trabalho a favor da comunidade sempre que concluir que por este meio se realizam de forma adequada e suficiente as finalidades da punição. 2 - A



Com a alteração ao Código Penal, operada pela Lei 59/2007, de 4 de Setembro, continuando a alargar-se o âmbito de aplicação desta pena - alterou-se o limite da pena até ao qual pode ser aplicada, que passou a ser de pena não superior a 2 anos¹²⁵.

Instituto diverso, teoricamente distinto e autónomo, do da pena de substituição que constitui a prestação de trabalho a favor da comunidade surge-nos a sanção de dias de trabalho, como sucedâneo da multa, não paga, voluntária ou coercivamente – que da mesma forma visa afastar, até ao limite possível, a aplicação de uma pena de prisão, em lugar da multa não paga ou não cobrada.

Quer a prestação de trabalho a favor da comunidade quer a sanção de dias de trabalho encontram a sua justificação político-criminal no movimento que surgiu e se vem acentuando, a partir das últimas décadas do século passado, contra as curtas penas de prisão. A razão de ser deste movimento prende-se com as nefastas consequências, que as mesmas proporcionam, derivadas da estigmatização do agente, pelo contacto com o meio prisional.

Considerada como uma das mais importantes medidas político-criminais dos últimos decénios no domínio sancionatório¹²⁶ e recomendada pelas mais altas instâncias¹²⁷, a prestação de trabalho a favor da comunidade concita elevadas

prestação de trabalho a favor da comunidade consiste na prestação de serviços gratuitos ao Estado, a outras pessoas colectivas de direito público ou a entidades privadas cujos fins o tribunal considere de interesse para a comunidade. 3 - A prestação de trabalho é fixada entre trinta e seis e trezentas e oitenta horas, podendo aquele ser cumprido em dias úteis, aos sábados, domingos e feriados. 4 - A duração dos períodos de trabalho não pode prejudicar a jornada normal de trabalho, nem exceder, por dia, o permitido segundo o regime de horas extraordinárias aplicável. 5 - A pena de prestação de trabalho a favor da comunidade só pode ser aplicada com aceitação do condenado.»

¹²⁵ Artigo 58.º do actual Código Penal «1 - Se ao agente dever ser aplicada pena de prisão não superior a dois anos, o tribunal substitui-a por prestação de trabalho a favor da comunidade sempre que concluir que por este meio se realizam de forma adequada e suficiente as finalidades da punição. 2 - A prestação de trabalho a favor da comunidade consiste na prestação de serviços gratuitos ao Estado, a outras pessoas colectivas de direito público ou a entidades privadas cujos fins o tribunal considere de interesse para a comunidade. 3 - Para efeitos do disposto no n.º 1, cada dia de prisão fixado na sentença é substituído por uma hora de trabalho, no máximo de 480 horas. 4 - O trabalho a favor da comunidade pode ser prestado aos sábados, domingos e feriados, bem como nos dias úteis, mas neste caso os períodos de trabalho não podem prejudicar a jornada normal de trabalho, nem exceder, por dia, o permitido segundo o regime de horas extraordinárias aplicável. 5 - A pena de prestação de trabalho a favor da comunidade só pode ser aplicada com aceitação do condenado. 6 - O tribunal pode ainda aplicar ao condenado as regras de conduta previstas nos n.ºs 1 a 3 do artigo 52.º, sempre que o considerar adequado a promover a respectiva reintegração na sociedade.»

¹²⁶ V. **MAIA GONÇALVES**, Código Penal Português – 11ª ed., em anotação ao art. 58.º.

¹²⁷ V.g. as recomendações e resoluções do Conselho da Europa e Regras Mínimas das Nações Unidas para a Elaboração de Medidas não Privativas de Liberdade (Regras de Tóquio) adoptadas pela Assembleia



expectativas na progressiva afirmação das medidas não institucionais como fórmulas punitivas indispensáveis à eficácia do sistema penal, como já escreveu o Prof. Figueiredo Dias, “a criação mais relevante, até hoje verificada, do arsenal punitivo de substituição da pena de prisão”.

É importante reter estas noções, na medida em que elas devem servir de base à ponderação a efectuar no presente caso.

Efectivamente, o legislador nesta última Revisão do Código de Processo Penal¹²⁸ atribui aos serviços de reinserção social competência para elaborar um plano de execução de prestação de trabalho a favor da comunidade quando o tribunal decidir aplicar aquela pena de substituição¹²⁹.

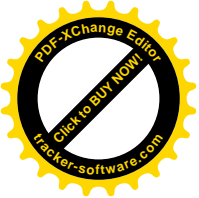
Acontece que, e voltando ao caso que ao longo deste trabalho temos vindo a estudar, a resposta desses mesmos Serviços de Reinserção Social foi negativa, o que julgamos criar algumas dificuldades resultantes da circunstância de não existir uma coordenação eficaz entre o próprio Tribunal e a Direcção Geral de Reinserção Social [DGRS], isto porque o Tribunal defere a prestação de trabalho a favor da comunidade e, *à posteriori*, os Técnicos de Reinserção Social elaboraram um relatório onde concluem pela impossibilidade de aplicação daquela pena de substituição.

Claro, que não podemos esquecer que estamos perante um processo sumário não tendo sido possível conjugar as disposições previstas na lei com o caso concreto, ou seja, o tribunal após a audiência de julgamento tendo sido requerida a prestação de trabalho a favor da comunidade obter, num curto espaço de tempo, dos serviços de reinserção social

Geral das Nações Unidas na sua resolução 45/110, de 14 de Dezembro de 1990 – com menção expressa à imposição de prestação de serviços à comunidade no ponto 8.2.i).

¹²⁸ Lei n.º 48/2007, de 29/8.

¹²⁹ Decreto-Lei n.º 375/97, de 24/12, Artigo 5º (**Relatório para aplicação da PTFC**) 1 — Quando indagados pelo tribunal, nos termos do n.º 1 do artigo 496º do Código de Processo Penal, os serviços de reinserção social procurarão colocação adequada ao arguido, tendo em conta o sexo, idade, capacidades e competências profissionais, local de residência, obrigações profissionais, familiares ou sociais e outros factores que devam ser tomados em conta, nomeadamente por indicação do tribunal. 2 — Os serviços de reinserção social enviarão ao tribunal informação sobre as entidades beneficiárias da prestação do trabalho, indicando, designadamente, o local, o tipo de trabalho e o horário a praticar e facultando os elementos que permitam ajuizar do interesse do trabalho proposto para a comunidade e da adequação deste ao arguido. 3 — Sempre que concluíam fundamentadamente pela impossibilidade de colocação do arguido, em razão das condições pessoais, profissionais e sociais deste, ou da inexistência de posto de trabalho adequado, os serviços de reinserção social comunicam a impossibilidade na informação referida no número anterior.



as informações necessárias para decidir da aplicação ou não da pena de prestação de trabalho.

Daí que, no caso *sub judice* a prestação de trabalho a favor da comunidade ter-se frustrado por não existirem condições do condenado prestar trabalho como conclui o relatório da DGRS: “*não há condições de viabilidade para a execução de prestação de trabalho em substituição da multa em que o arguido foi condenado. Face às limitações físicas e motoras apresentadas pelo arguido, que efectivamente reduzem as suas capacidades e que constituem um constrangimento ao regular cumprimento da referida medida (...)*”], e não por razões imputáveis ao arguido.

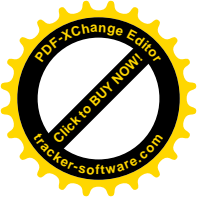
Pelo que novamente nos assalta a pergunta inicialmente formulada: existirá uma falha no sistema que impeça que determinadas pessoas prestem trabalho a favor da comunidade, uma vez que a pena de multa se sobrepõe a esta pena de substituição quando estamos perante uma pessoa deficiente?

Da análise à conclusão do relatório verificamos que estamos perante uma situação em que as dificuldades físicas/motoras do condenado o excluem, à partida, da aplicação desta pena de substituição.

Julgamos, salvo melhor opinião, que o condenado sendo deficiente físico (dos membros inferiores) poderia prestar um serviço à comunidade que lhe permitisse estar sentado, por exemplo, porém não foi encontrada qualquer solução para o sucesso desta pena de prestação de trabalho. Acreditando que foram encetados todos os esforços para o sucesso daquela pena.

É certo que na última Revisão do Código Processo Penal atribuiu-se aos serviços de reinserção social a competência para elaborar um plano de execução da pena de prestação de trabalho a favor da comunidade quando o tribunal decidir aplicar essa pena de substituição. Esta nova redacção cria duas dificuldades: por um lado, o plano de execução não coincide com o relatório previsto no artigo 5º do já citado Decreto-Lei n.º 375/97, de 24/12, por outro, o plano de execução é solicitado após o trânsito em julgado da decisão de condenação na pena de prestação de trabalho ao passo que o relatório¹³⁰ é

¹³⁰ Artigo 5º do Decreto-Lei n.º 375/97, de 24/12,



fornecido antes do tribunal aplicar a pena de prestação de trabalho, até porque a informação dos serviços de reinserção social pode ser negativa¹³¹.

Ora, cabe aos Serviços de Reinserção Social organizar a bolsa das entidades beneficiárias, sendo certo que os postos de trabalho são feitos em função da utilidade comunitária e do carácter formativo das tarefas a executar, de modo a favorecer a inserção social dos prestadores de trabalho^{132 133}.

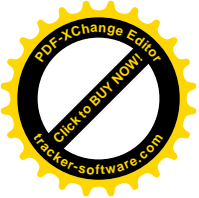
Face à decisão do Tribunal *a quo* que parece-nos que mal andou ao aplicar ao arguido a prisão subsidiária a final, uma vez que o condenado não pagou a pena de multa a que foi condenado a título de pena principal. Não tendo em consideração todos os elementos carreados para o processo no que toca às condições sócio-económicas do condenado, desvalorizando a proposta alternativa apresentada pelos Serviços de Reinserção Social.

Esta tomada de posição conduz-nos, novamente, às considerações feitas a propósito do objectivo do legislador evitar as curtas penas de prisão, pelo que tudo deve ser feito

¹³¹ Artigo 5º, n.º3 e do mesmo diploma.

¹³² Decreto-Lei n.º 375/97, 24/12 Artigo 3.º (**Organização de bolsa de entidades beneficiárias**) 1 — Aos serviços de reinserção social compete organizar uma bolsa de entidades beneficiárias interessados em colaborar, ao nível local, na execução da PTFC. 2 — A selecção dos postos de trabalho é feita em função da utilidade comunitária e do carácter formativo das tarefas a executar, de modo a favorecer a inserção social dos prestadores de trabalho, designadamente nos domínios seguintes: *a)* Apoio a crianças, idosos e deficientes, ou no domínio de outras actividades de apoio social; *b)* Melhoria das condições ambientais das comunidades locais; *c)* Serviços auxiliares em hospitais e outros estabelecimentos de saúde; *d)* Acções de prevenção de incêndios; *e)* Trabalho em associações ou participação em actividades de carácter cultural, social ou desportivo com fins não lucrativos. 3 — Na selecção dos postos de trabalho ponderam-se, entre outros, os seguintes critérios: *a)* A disponibilidade de horários de trabalho aos sábados, domingos e feriados ou durante os períodos não incluídos no horário normal de funcionamento das entidades beneficiárias; *b)* Os benefícios sociais e as oportunidades proporcionadas pelas entidades beneficiárias, designadamente as perspectivas de inserção sócio-profissional dos prestadores de trabalho.

¹³³ Na fase sentencial ou pós-sentencial, os serviços de reinserção social auxiliam o tribunal elaborando relatórios para determinação do Trabalho a Favor da Comunidade. Nestes relatórios avaliam-se as habilitações literárias, a situação e experiência profissionais e as expectativas e disponibilidades do prestador de trabalho e dão-se indicações sobre a Entidade Beneficiária de Trabalho (EBT) e o trabalho mais adequado, em função do perfil traçado e da natureza da infracção praticada. Para o acompanhamento da execução de Trabalho a Favor da Comunidade, os serviços de reinserção social designam, para cada caso, um técnico a quem cabe proceder à imediata colocação do prestador no respectivo posto de trabalho, à verificação no local do cumprimento das tarefas que lhe são atribuídas e ao apoio na resolução de dificuldades de inserção. Os serviços de reinserção social apoiam também as Entidades Beneficiárias de Trabalho, ao longo da execução da sanção, enquadrando e orientando a sua intervenção. Periodicamente e no final do cumprimento da prestação de trabalho, os serviços de reinserção social elaboram relatórios de execução nos quais, com a participação da Entidade Beneficiária de Trabalho, avaliam a assiduidade, o empenhamento, a iniciativa e a relação do prestador de trabalho com os funcionários da instituição e demais indicadores que em concreto sejam relevantes, in http://www.dgrs.mj.pt/c/portal/layout?p_l_id=PUB.1001.72



para não chegar a uma pena de prisão. Isto porque a pena a aplicar em cada caso concreto tem sempre de ser adequada, razoável e proporcional.

Ora, o tribunal *a quo* dispunha, junto aos autos, de todos os elementos referentes aquele arguido, nomeadamente, as condições económicas - pensão de reforma por invalidez de 240,00 € mensais -, enfim do seu *modus vivendi*, e principalmente a sua disponibilidade para prestar trabalho a favor da comunidade, v. fls. 76-78, 80, 86, 93, 95.

Apesar de reunidos todos esses elementos e da solução sugerida no relatório pelos Técnicos da Direcção Geral de Reinserção Social, o Tribunal optou pela aplicação da pena de multa como pena principal, e uma vez que esta não foi paga, determinou o cumprimento pelo condenado de 25 (vinte e cinco) dias de prisão subsidiária.

Cita-se a Conclusão / Proposta:

“Face ao exposto, parece-nos que não há condições de viabilidade para a execução da prestação de trabalho em substituição da multa em que o arguido foi condenado.

Face às limitações físicas e motoras apresentadas pelo arguido, que efectivamente reduzem as suas capacidades e que constituem um constrangimento ao regular cumprimento da referida medida, e esse Tribunal assim o entenda, poder-se-á ponderar uma alternativa exequível à medida aplicada, nomeadamente a sua substituição por um período de suspensão, com o cumprimento de deveres ou regras de conduta adequadas, com a possibilidade de serem, igualmente, apoiadas e vigiadas e acompanhadas por estes Serviços de Reinserção Social, das quais poderão constar:

1. Não voltar a cometer crimes similares;
2. Acatar as orientações dos Serviços de Reinserção Social, através do Técnico responsável pelo seu acompanhamento.

Claro, que o condenado face aos rendimentos que auferir, o pagamento daquela multa tornar-se-ia inoportuno, mesmo que em prestações, pelo que entendemos que o Tribunal *a quo* não teve em consideração os elementos que foram apresentados.

O Tribunal *a quo* determinou a sua prisão subsidiária, devendo de acordo com o nosso entendimento, aplicar alínea b) do art.º 59º, n.º 6 do Código Penal, ou seja, “*se o agente não puder prestar o trabalho a que foi condenado por causa que lhe não seja imputável, o tribunal, conforme o que se revelar mais adequado à realização das finalidades da punição: b) Suspende a execução da pena de prisão determinada na sentença, por um período que fixa entre um ano e três anos, subordinando-a, nos termos dos artigos 51.º e 52.º, ao cumprimento de deveres ou regras de conduta adequados.*”



A opção por esta solução passa, pela chamada à colação do ponto de vista político-criminal desta pena de substituição, ou seja, a prestação de trabalho a favor da comunidade deverá ter lugar desde que verificados os pressupostos formais da sua aplicação e sempre que se revele adequada e suficiente à realização das finalidades da punição; ou seja, à realização das finalidades de prevenção de socialização¹³⁴.

Assim, tendo em consideração que ao longo de todo este trabalho, temos como princípio basilar que todo o nosso sistema penal assenta na concepção básica de que as sanções privativas da liberdade constituem a *último ratio* da política criminal, se porventura, o trabalho a favor da comunidade, por razões alheias à vontade do condenado não se pudesse concretizar dever-se-ia evitar a execução de uma pena de prisão de curta duração.

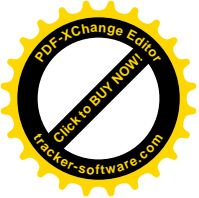
Isto porque, como é consabido a criminologia tem revelado que a prisão não só produz efeitos de dessocialização como também cria problemas e dificuldades ulteriores, quando se perspectiva o regresso do recluso à comunidade. Desta forma, os efeitos criminógenos da prisão associados aos efeitos negativos das curtas penas de prisão acabam por se revelar absolutamente inúteis e prejudiciais à ressocialização de indivíduo.

Partilhamos do entendimento que os magistrados portugueses, procurando seguir a orientação da política criminal perfilhada pelo legislador de evitar a privação de liberdade por curtos períodos, fazem-no, predominantemente, através do uso da multa e da suspensão de execução da pena de prisão que são, afinal, reacções penais tradicionais.

Os magistrados continuam a invocar falta de apoio concreto, ausência de entidades que pretendam beneficiar do trabalho dos condenados, pouca disponibilidade para se dedicarem aos pormenores relativos à colocação, execução e acompanhamento das medidas de Trabalho a Favor da Comunidade¹³⁵.

¹³⁴ JORGE DE FIGUEIREDO DIAS, Ob. Cit., pag. 371.

¹³⁵ De acordo com M. Jardim, em 1988, factores explicativos agrupar-se-iam segundo 5 ordens de especificidade: Factores de natureza política - a entrada em vigor do Código Penal de 1982 não teria sido acompanhada, na prática, pelos necessários meios financeiros que propiciassem a concretização dos princípios e das soluções consagrados pela nova reforma. Factores de natureza estrutural - a aplicação do novo instituto penal pressuporia a existência de uma estrutura de suporte aos tribunais e de apoio aos infractores, por forma a aliviar os magistrados das inerentes questões logísticas. O Instituto de Reinserção Social, criado também na sequência do Código Penal de 1982 e com a função essencial de *ser* essa estrutura, encontrava-se, ainda, numa fase de alguma incipiência. Factores próprios do sistema judiciário - a conhecida sobrecarga de trabalho que se verifica na esmagadora maioria dos tribunais condiciona, de forma extremamente significativa, a adesão dos magistrados a novas medidas que impliquem provável



Mas, não é de estranhar que assim seja uma vez que é muito reduzido o número de casos em que os nossos tribunais têm aplicado esta pena de substituição e quando aplicada é por iniciativa do condenado.

Da nossa experiência, esta pena de substituição é proposta e aplicada pelo tribunal, na maioria dos casos no âmbito do Direito Tutelar de Menores ou Direito Penal de Menores Imputáveis, dada a sua finalidade (re)educativa. Esta pena tem a vantagem de, não obstante a punição dessa forma sofrida, o condenado manter as suas ligações familiares e escolares e, portanto o contacto com o seu ambiente e a integração social.

Entendemos que a Prestação de Trabalho a Favor da Comunidade suscita ainda alguns problemas, ao ponto de se não poder depositar grandes esperanças numa sua aplicação generalizada pelos tribunais enquanto não existir regulamentação pormenorizada que resolva ou oriente uma série de problemas que esta pena de substituição suscita...

Entendemos, que tratando-se de uma pena e de uma modalidade sancionatória que apelam ao reforço de solidariedades e à necessidade de desenvolver mecanismos de comunicação entre os magistrados e os restantes intervenientes na execução, nomeadamente os serviços de reinserção social, o recurso à prestação de trabalho a favor

arrastamento do processo e, consequentemente, uma ligação mais prolongada do juiz ao mesmo. Por outro lado, os factores anteriores constituíram-se, em certa medida, como justificação para o cepticismo e para a persistência em procedimentos rotineiros. Factores sociais - a opinião pública, não dispondo de adequada informação sobre a matéria, tenderia a reagir negativamente a inovações que, aparentemente, *protegessem* o delinquente. O quadro de instabilidade política e de crise económica que se fazia, então, sentir poderá ter influenciado, igualmente, as perspectivas sobre a questão. Factores técnicos ligados à própria definição legal do instituto - trata-se aqui de aspectos do diploma legal que dificultariam, ainda, a aplicação da medida: o limite da moldura penal é muito restrito; o facto de competir ao arguido ou ao Ministério Público (MP) indicar a entidade a quem será prestado o trabalho; na verdade, os arguidos desconhecem, habitualmente, a pena e/ou entidades onde possa ser cumprida e o MP encontra-se já ocupado, em excesso, por outras tarefas mais consentâneas com a sua vocação original; o facto de competir aos serviços de reinserção social apenas o controle da execução da medida e não se encontrar consagrada a sua intervenção prévia, na preparação dessa execução, fornecendo ao tribunal os necessários elementos - indicando os possíveis organismos beneficiadores de trabalho, conhecendo e adequando as características e capacidades dos arguidos ao trabalho disponível - ou seja, diligenciar para a concreta eficácia da medida; hesitações, caso o arguido se encontre desempregado, sobre a possibilidade de estipular o cumprimento da pena dentro do horário normal de trabalho; a inexistência de regulamentação no que se refere a eventualidades decorrentes da própria execução da medida: impossibilidade de pagamento de refeições ou transportes, acidentes de trabalho, prejuízos causados a terceiros, direitos de segurança social; a existência do princípio de substituição obrigatória da prisão até 6 meses por multa: de facto, alguns magistrados, invocando este princípio, não reconhecem à PTFC utilidade como instituto substitutivo da pena de prisão; a inexistência de meios processuais legalmente definidos que possibilitem o fornecimento ao tribunal, em momento anterior ao julgamento, de informação sobre a personalidade e a situação socioeconómica do arguido, por forma a melhor adequar e individualizar a pena e a avaliar da futura eficácia da sua execução.



da comunidade só poderá alcançar sucesso através do envolvimento directo de diferentes operadores do sistema penal, numa articulação de vontades institucionais e numa concertação de esforços com as comunidades locais.

Uma situação diferente e que não deixaremos, porém de sucintamente abordar, é quando o condenado culposamente não cumpra os dias de trabalho pelos quais, a seu pedido, a multa foi substituída, aqui cumprirá a prisão subsidiária fixada na sentença, no entanto, quando esta situação acontece, o condenado pode a todo o tempo evitar, total ou parcialmente a execução da prisão subsidiária pagando, no todo ou em parte, a multa a que foi condenado.

“O tribunal revoga a pena de prestação de trabalho a favor da comunidade e ordena o cumprimento da pena de prisão determinada na sentença se o agente, após a condenação: a) Se colocar intencionalmente em condições de não poder trabalhar; b) Se recusar, sem justa causa, a prestar trabalho, ou infringir grosseiramente os deveres decorrentes da pena a que foi condenado; ou c) Cometer crime pelo qual venha a ser condenado, e revelar que as finalidades da pena de prestação de trabalho a favor da comunidade não puderam, por meio dela, ser alcançadas, conforme o n.º 2 do artigo 59.º do Código Penal.

Os efeitos da revogação desta pena de substituição são de dupla ordem, o incumprimento imputável ao condenado¹³⁶ por um lado, e o incumprimento não imputável ao condenado¹³⁷ por outro.

O julgador, perante um tipo legal de crime que prevê, em alternativa, como penas principais, as penas de prisão ou multa, deve ter em conta o princípio da preferência pela pena não privativa da liberdade, sempre que esta realizar de forma adequada e suficiente as finalidades da punição¹³⁸. Tais finalidades reconduzem-se à protecção de bens jurídicos [prevenção geral] e à reintegração do agente da sociedade [prevenção especial] pelo que o tribunal¹³⁹, perante a previsão abstracta de uma pena compósita alternativa, deve dar preferência à multa sempre que formule um juízo positivo sobre a sua

¹³⁶ O tribunal ordena o cumprimento da pena de prisão fixada na sentença, com o desconto dos dias de trabalho já prestados.

¹³⁷ O tribunal pode, em função das necessidades de prevenção geral e especial, substituir a pena de prisão por pena de multa ou suspender a execução da pena de prisão.

¹³⁸ Artigo 70.º do Código Penal.

¹³⁹ Artigo 40.º do Código Penal.



adequação e suficiência face às finalidades de prevenção geral positiva e de prevenção especial, nomeadamente de prevenção especial de socialização, preterindo-a a favor da prisão na hipótese inversa.

A finalidade primária da pena é o «restabelecimento da paz jurídica comunitária abalada pelo crime» [prevenção geral positiva de integração – a pena aplicada ao agente mantém e reforça a confiança da comunidade na validade e eficácia das normas jurídico-penais como instrumentos de tutela de bens jurídicos]; visa-se a protecção de bens jurídicos e a reintegração do agente na sociedade, sendo que a pena não pode ultrapassar em caso algum a medida da culpa.

Dentro do limite máximo consentido pela culpa, a pena concreta é determinada no interior de uma moldura de prevenção geral de integração cujo limite superior é oferecido pelo ponto óptimo de tutela de bens jurídicos e cujo limite inferior é constituído pelas exigências mínimas de defesa do ordenamento jurídico.

Os efeitos criminógenos da prisão bem como os efeitos negativos das curtas penas de prisão acabam por se revelar absolutamente inúteis e prejudiciais à ressocialização de indivíduo, quando o contributo em empírico põe em evidência os efeitos dessocializadores da prisão, o principal objectivo deve ser não tanto a socialização quanto evitar a dessocialização do recluso¹⁴⁰.

De facto, a criminologia tem revelado que a prisão não só produz efeitos de dessocialização como também cria problemas e dificuldades ulteriores, quando se perspectiva o regresso do recluso à comunidade. O reconhecimento dos efeitos dessocializadores da pena de prisão alertam para o perigo de se assumir, sem mais, a socialização como fim da execução. Trata-se de um paradoxo aparentemente irredutível: por um lado, a prisão produz um efeito de intimidação sobre o recluso, criando um estímulo de adaptação às regras de vida em sociedade; por outro lado, segrega o indivíduo do seu estatuto jurídico normal, atinge a personalidade, favorece a aprendizagem de novas técnicas criminosas e propõe valores e normas contrários aos “oficiais”¹⁴¹.

¹⁴⁰ Sobre isto, cf. ANABELA MIRANDA RODRIGUES, A determinação da medida da pena privativa de liberdade, Coimbra Editora, 1995, págs. 317 e segs. e 558 e seguintes.

¹⁴¹ ANABELA MIRANDA RODRIGUES, Novo Olhar Sobre a Questão Penitenciária, Coimbra Editora, 2000, pág. 159.



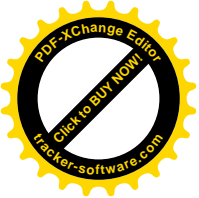
3. O Silêncio e Activismo Judicial

Ao longo deste trabalho tentámos entrar em contacto com alguns intervenientes no caso em estudo, Magistrado Judicial, Ministério Público e Técnicos da Direcção Geral da Reinserção Social. Para o efeito, elaborámos um questionário, ao qual gostaríamos que tivessem respondido, porém em vão... Não obtivemos qualquer resposta.

Apenas, o Senhor Procurador em exercício de funções na Comarca de Soure nos respondeu de uma forma geral. Todos os restantes não responderam.

O Excelentíssimo Senhor Procurador-Adjunto em exercício de funções à data, naquela Comarca, respondeu da seguinte forma, e passamos a citar:

- *A PTFC aplica-se ao deficiente físico?* Desde que essa deficiência não o iniba totalmente de prestar trabalho não há motivos para que não se aplique.
- *Entre as escolhas tradicionais de PTFC, entende que alguma se adequa ao deficiente físico?* Nos termos do art.º 490.º do CPP a avaliação é feita caso a caso, pelo que não há nenhuma que esteja particularmente vocacionada para o deficiente físico (o que, aliás, em abstracto compreende uma série de situações muito distintas entre si).
- *Conhece algum caso de aplicação?* Em caso positivo, qual foi? - Recordo-me de processos em que por os arguidos terem limitações físicas (desconheço se de molde a que fossem qualificados deficientes) foi procurado e encontrada uma solução para o caso concreto.
- *E neste caso, porque acha que não foi aplicada?* - Prejudicado pela resposta que antecede.
- *No caso concreto, o que entende ter faltado para que ao condenado não tenha sido aplicada a PTFC?* - Prejudicado.
- *Qual a solução se, o IRS, não encontrar uma Instituição para o colocar este arguido?* - Em princípio não poderá beneficiar da aplicação do instituto, com as consequências previstas no art.º 59.º do CPP.
- *Haverá aqui uma exclusão?* - As consequências serão as mesmas para qualquer arguido que, por qualquer motivo, não possa beneficiar desse instituto. Creio por isso que não há qualquer exclusão.
- *Ou existirá uma falha no sistema?* - Não creio que por um sistema não poder ser aplicado a todas as pessoas que haja uma falha do sistema. São circunstâncias externas ao próprio sistema. Se o individuo não tem, capacidade para trabalhar não poderá beneficiar de uma pena de substituição de trabalho a favor da comunidade. Iss
- *o em virtude duma limitação do próprio individuo, não do sistema. Será que seria então melhor que se vedasse a todos tal possibilidade?* Creio que não.
- *A quem cabe a obrigação de acautelar os interesses deste arguido?* Os interesses do arguido devem ser defendidos pelo arguido e pelo seu defensor. Sendo incapaz deverá ser-lhe nomeado um tutor, sendo embora certo que em tais casos poderá ser mesmo inimputável. Tudo depende das situações.



Independentemente de estarmos perante uma pessoa com uma deficiência [física] ou não, nunca poderemos esquecer que a Prestação de Trabalho a Favor da Comunidade encontra a sua justificação político-criminal no movimento contra as curtas penas de prisão. Assim como nunca deveremos esquecer as nefastas consequências que essas penas proporcionam.

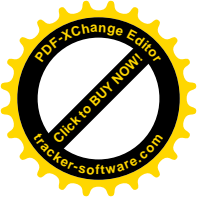
Daí partilharmos do entendimento que o Tribunal *a quo* em coordenação com a Direcção Geral de Reinserção Social tinha bastante flexibilidade para fixar a prestação de trabalho que entendesse mais conveniente e que se adequasse ao caso concreto, dando particular atenção às eventuais limitações do condenado.

Pois, se as penas de prisão de curta duração são, há várias décadas, político-criminalmente condenadas por não possibilitarem uma eficaz actuação sobre a pessoa do delinquente em ordem à sua ressocialização, nem exercerem, face à comunidade uma função de segurança relevante¹⁴², a Prestação de Trabalho a Favor da Comunidade, para além, de apresentar uma possibilidade eficaz de substituição da pena de prisão, encontrou, também reacções favoráveis por parte do público em geral. O facto de, nesta modalidade de execução penal, o trabalho do delinquente ser directamente introduzido no circuito de produção de bens e serviços de interesse comunitário, ao lado da actividade normal dos cidadãos, contribuiu para a boa aceitação da prestação de trabalho a favor da comunidade¹⁴³.

Se esta pena de substituição tem como objectivos, reprovam o crime através de acções positivas de prestação de trabalho; reparar simbolicamente a comunidade promovendo a utilidade social do trabalho prestado e facilitar a reintegração social do delinquente, entendemos que, tratando-se de uma pena e de uma modalidade sancionatória que apelam ao reforço de solidariedades e à necessidade de desenvolver mecanismos de comunicação entre os magistrados e os restantes intervenientes na execução, nomeadamente os serviços de reinserção social, o recurso à prestação de trabalho a favor da comunidade só poderá alcançar sucesso através do envolvimento

¹⁴² JORGE DE FIGUEIREDO DIAS, in "Direito Penal Português: As consequências Jurídicas do Crime", Coimbra Editora, 1ª Edição, 3ª Reimpressão, Janeiro de 2011, pág. 359.

¹⁴³ M. MAIA GONÇALVES, Código Penal Português, Anotado e Comentado, e Legislação Complementar, 11ª Edição, Almedina, 1997, pág.219.



directo de diferentes operadores do sistema penal, numa articulação de vontades institucionais e numa concertação de esforços com as comunidades locais.

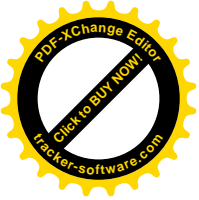
Actualmente, os Tribunais são chamados, com cada vez maior frequência, a resolver questões onde se debatem e discutem problemas relacionados com os direitos fundamentais¹⁴⁴, assumindo um papel activo.

Os Tribunais como órgãos de soberania que são cabe-lhes para administrar a justiça em nome do povo, incumbindo-lhes assegurar a defesa dos direitos e interesses legalmente protegidos dos cidadãos, sendo certo que no feitos submetidos a julgamento não podem os tribunais aplicar normas que infrinjam o disposto na Constituição ou os princípios nela consignados [arts. 202.º e 204º da CRP].

Efectivamente, nas últimas décadas temos vindo assistir a uma expansão do poder judicial, o crescente protagonismo dos tribunais, o activismo judicial, a visibilidade social e política dos tribunais verificado em diversos países compreendeu tanto os seus êxitos como os seus fracassos. Por um lado, mobilizados por meios de comunicação social e por organizações cívicas, os tribunais adquiriram um maior activismo relativamente à defesa dos direitos humanos, a protecção contra os danos causados por actores poderosos – os casos do direito do consumo e da protecção ambiental - a luta contra a corrupção política. Por outro, este poder e activismo judicial suscitou expectativas relativamente aos tribunais que em grande parte foram frustradas, tornando-se evidente o seu fraco desempenho e daí o apelo às reformas como forma de estancar a crise judicial¹⁴⁵.

¹⁴⁴ CANOTILHO, José Gomes, in *Direito Constitucional e Teoria da Constituição*, 5ª ed. Editora Livraria Almedina, 2002. Podemos, pois, dizer que os direitos fundamentais são os direitos ligados à liberdade e à igualdade, positivados no ordenamento jurídico-constitucional e que brotam da própria condição humana, solidificando-se através do princípio da dignidade da pessoa humana.

¹⁴⁵ Os tribunais têm adquirido um crescente protagonismo judicial em países da Europa Ocidental, Europa Central e de Leste, América Latina, alguns países africanos e asiáticos. Na Europa, a actividade dos tribunais em casos políticos de grande amplitude (justiça dramática) contrasta com a actividade dos tribunais no quotidiano (justiça de rotina). Em países como Itália, França, Portugal e Espanha, os tribunais são criticados pela ineficiência, inacessibilidade, custos elevados, falta de transparência e de responsabilidade, etc. Noutros países como a África do Sul e a Hungria, o protagonismo judicial dos tribunais explica-se pela actividade dos tribunais constitucionais na construção de um regime político, seja na definição das fronteiras entre os vários órgãos de soberania, seja na repartição das competências entre as autoridades centrais, regionais e locais. Existem ainda países que emergiram de prolongadas ditaduras de vários tipos, onde o crescente destaque dos tribunais constitui parte integrante da transição democrática, in **BOAVENTURA DE SOUSA SANTOS**, “Direito e democracia: A reforma global da justiça”, in: PUREZA, José



Neste mundo globalizado em que vivemos, deparamo-nos com uma nova visão sobre a sociedade, com novas questões referentes ao Estado-nação, às classes e aos movimentos sociais, à cultura, à economia e, como não podia deixar de ser, ao próprio Direito. Com a globalização tudo ou quase tudo deixou de ser nacional e passou a ser pós-nacional¹⁴⁶, o que levou à exclusão, injustiça social e perda da soberania dos povos.

Diversas zonas de conflito surgem à escala global¹⁴⁷ sendo importante saber qual o verdadeiro papel do judiciário. Papel que já não é, nem pode ser, pautado pela neutralidade dos juízes, que era a marca do modelo clássico, onde o positivismo jurídico tem como postulados essenciais a imparcialidade, a neutralidade e a segurança jurídica, onde prevalece o primado da lei escrita imposta pela maioria representativa, onde o conceito de jurisdição como simples instrumento de adequação ao caso concreto das previsões abstractas do legislador através de um terceiro equidistante e imparcial do litígio, provocado por quem detiver interesse – entendimento predominante há mais de dois séculos – encontra-se desadequado com a actualidade.

Num Estado de direito democrático-constitucional¹⁴⁸, onde a constituição tem o papel fulcral como centro irradiador dos valores básicos e elementares a todo o sistema jurídico, surge assim o neoconstitucionalismo¹⁴⁹ marcado por uma primazia da aplicação directa da Constituição, orientada especialmente por princípios, e fundado numa forte

Manuel, FERREIRA, António Casimiro (orgs.), *A teia global. Movimentos sociais e instituições*, Porto, Afrontamento, 2001, pp. 125-177.

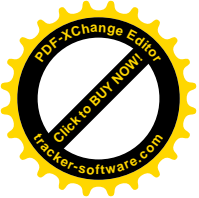
¹⁴⁶ BENFICA, Gregório, *Globalização, Estado e Meio Ambiente*,

[http://www.uneb.br/revistadafaeaba/files/2011/05/numero 16.pdf](http://www.uneb.br/revistadafaeaba/files/2011/05/numero%2016.pdf).

¹⁴⁷ HELLER, Agnes. et al. “A crise dos paradigmas em ciências sociais e os desafios para o século XXI, Rio de Janeiro, Contraponto, 1999, ao decompor o que apelidou de crise global da civilização, evidencia a existência crescente de zonas de conflito com o implemento da complexidade da vida moderna, o que deixa o homem num Estado de eterna instabilidade, uma vez que tais zonas permeiam as mais diversas esferas de vivência.

¹⁴⁸ Sobre a noção podemos ver GOMES CANOTILHO, *Direito Constitucional e Teoria da Constituição*, 7ª Edição, págs. 97/98.

¹⁴⁹ O neoconstitucionalismo teve a sua incrementação, em grande parte, com a promulgação de constituições de cariz social e democrático, onde foram positivados princípios jurídicos, elencados direitos fundamentais e instituídas normas programáticas. Assim, as constituições de Itália (1947), da Alemanha (1949), de Portugal (1976) e da Espanha (1978), marcam a ruptura com o autoritarismo e consagram o compromisso desses povos com a paz, o desenvolvimento e o respeito pelos direitos humanos.



actividade judicial, que faz da efectividade dos direitos fundamentais sua principal razão de ser¹⁵⁰.

No mundo inteiro, os juízes estão sujeitos às leis, aos tratados e às Constituições, mas quem verdadeiramente determina o que as leis, os tratados e as Constituições dizem são os próprios juízes. O poder judicial, tal como os restantes poderes, tem limites. Deve-se, pois, partir do princípio necessário de que todo o poder tem de estar limitado pelo poder.

A separação de poderes¹⁵¹, a participação política e o equilíbrio institucional são elementos fundamentais do Estado de Direito, quer as normas, quer as decisões deverão resultar de processos participados e equitativos que potenciem a sua justiça e correcção.

O poder judicial, no âmbito da intervenção na esfera dos outros dois poderes do Estado, é por tendência um poder de controlo crítico negativo, um poder de impedir. Mais do que um poder em si, os tribunais devem ser, em face dos outros poderes, um «contrapoder»¹⁵².

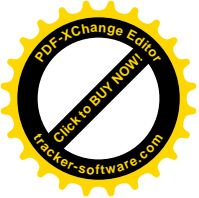
A ideia de activismo judicial¹⁵³ está associada a uma participação mais ampla e intensa do Judiciário na concretização dos valores e fins constitucionais, com maior interferência no espaço de actuação dos outros dois Poderes¹⁵⁴.

¹⁵⁰ **INOCÊNCIO MÁRTIRES COELHO**, em síntese feliz, caracteriza o neoconstitucionalismo a partir dos seguintes pontos: “a) mais Constituição do que leis; b) mais juízes do que legisladores; c) mais princípios do que regras; d) mais ponderação do que subsunção; e) mais concretização do que interpretação”.

¹⁵¹ Nas palavras de Paulo Bonavides o poder é um «elemento essencial constitutivo do Estado, o poder representa sumariamente aquela energia básica que anima a existência de uma comunidade humana num determinado território, conservando-a unida, coesa e solidária». Refere ainda aquele autor que poder do Estado na pessoa de seu titular é indivisível: a divisão só se faz quanto ao exercício do poder, quanto às formas básicas de actividade estatal. Distribuem-se através de três tipos fundamentais para efeito desse mesmo exercício as múltiplas funções do Estado uno: a função legislativa, a função judiciária e a função executiva, que são cometidas a órgãos ou pessoas distintas, com o propósito de evitar a concentração de seu exercício numa única pessoa. Estamos, assim, perante «tão-somente divisão do objecto, das tarefas, dos trabalhos e assuntos pertinentes à acção do Estado, em suma, na boa linguagem jurídica, divisão de competência e não do poder do Estado propriamente dito» Ciência Política, 10ª edição (revista e actualizada), a tiragem, item 7, consultável em <http://unifra.br/professores/14104/Paulo%20Bonavidesciencia%20Politica%5B1%5D.pdf>.

¹⁵² **CASTANHEIRA NEVES**, Da Jurisdição no actual Estado de Direito, Ab uno ad omnes – 75 Anos da Coimbra Editora, p. 225.

¹⁵³ É preciso distinguir duas espécies de activismo judicial: há o activismo judicial inovador (criação, ex novo, pelo juiz de uma norma, de um direito) e há o activismo judicial revelador (criação pelo juiz de uma norma, de uma regra ou de um direito, a partir dos valores e princípios constitucionais ou a partir de uma regra lacunosa). Neste último caso o juiz chega a inovar o ordenamento jurídico, mas não no sentido de criar uma norma nova, sim, no sentido de complementar o entendimento de um princípio ou de um valor constitucional ou de uma regra lacunosa GOMES, Luiz Flávio, O STF está assumindo um ativismo judicial



O ativismo, entendido como “[...] uma postura a ser adoptada pelo magistrado que o leve ao reconhecimento da sua actividade como elemento fundamental para o eficaz e efectivo exercício da actividade jurisdicional”¹⁵⁵, tem sido objecto de resistências em face da possível ofensa ao princípio da separação de poderes^{156 157}.

Importa ainda salientar que a reforma global da justiça abrange a promoção dos Mecanismos de Resolução Alternativa de Litígios [RAL] e a globalização da Resolução Alternativa de Litígios [RAL] apresenta-se como vantajosa relativamente a globalização da justiça, cujas especificidades institucionais obedecem a quadros legais que varia de país para país.¹⁵⁸ Já os mecanismos alternativos de resolução são facilmente transferíveis de um país para o outro devido a sua informalidade.

sem precedentes?, Revista Jus Navigandi, acessível em <http://jus.com.br/revista/texto/12921/o-stf-esta-assumindo-um-ativismo-judicial-sem-precedentes>.

¹⁵⁴ **LUÍS ROBERTO BARROSO**, in Revista Jurídica da Presidência, nº 96, Brasília, Vol. 12, Fev/Mai 2010 ISSN 18082807, pp. 8-9.

¹⁵⁵ **JOSÉ AUGUSTO DELGADO**, Activismo Judicial: o papel político do poder judiciário na sociedade contemporânea. JAYME, Fernando Gonzaga; FARIA, Juliana Cordeiro de; LAUAR, Maira Terra. Processo civil novas tendências: homenagem ao professor Humberto Theodoro Júnior. Belo Horizonte: Del Rey, 2008. p. 319.

¹⁵⁶ Há culturas jurídicas onde os tribunais são mais activistas. Tradicionalmente, na América os juízes são mais intervencionistas do que os juízes europeus. Os EUA foram o primeiro país do mundo a ter fiscalização da constitucionalidade das leis por um poder judicial, apesar de a Constituição a não prever. Mas a tendência nos tribunais na Europa nas últimas décadas vai no sentido de um maior intervencionismo. É o que tem acontecido com os Tribunais Constitucionais de alguns países, como por exemplo, Alemanha, Itália e até Portugal e de uma forma mais acentuada, com o Tribunal da Justiça das Comunidades Europeia.

¹⁵⁷ A partir dos anos 60 foi-se consolidando a ideia de que este tribunal não decide apenas segundo o quadro normativo traçado pelos Tratados, mas também segundo “princípios gerais de direito que decorrem da tradição jurídica comum dos Estados-membros, incluindo-se, aqui, a tradição formada em torno da ideia de Estado de Direito (rule of law) e os “direitos fundamentais”, também entendidos como “princípios gerais de direito” (CORTÊS, António, obra citada, p. 217). Sobre a actuação e papel activista do TJUE e respectivas críticas, cfr. MARINHO, Helena Gaspar, CLS/TJUE – Indeterminação do Direito e Activismo Judicial, trabalho contido na obra Teoria da Argumentação e Neo-Constitucionalismo – Um conjunto de perspectivas, Almedina 2011, pp 57 a 77.

¹⁵⁸ **BOAVENTURA DE SOUSA SANTOS**, “Direito e democracia : A reforma global da justiça”, in: PUREZA, José Manuel, FERREIRA, António Casimiro (orgs.), *A teia global. Movimentos sociais e instituições*, Porto, Afrontamento, 2001, pp. 170.



VII. CONCLUSÃO

É tempo de concluir. O nosso objectivo com esta dissertação foi demonstrar que poderá existir uma “*falha no sistema*” de modo a impedir que o deficiente físico preste trabalho a favor da comunidade. Este trabalho pretende dar um contributo para a compreensão de alguns problemas que se poderão levantar com esta pena de substituição.

Neste espaço de consensualismo onde os ordenamentos jurídicos da actualidade procuram levar tão longe quanto possível a pena de prisão como a *última ratio*; onde a previsão de penas de substituição é generosa e a pena reconforma-se em sentido positivo, prospectivo e socializador. Tendo, ainda, como princípio basilar que todo o nosso sistema penal assenta na concepção básica de que as sanções privativas da liberdade constituem a *último ratio* da política criminal, entendemos que, caso a prestação de trabalho a favor da comunidade não pudesse tomar forma por razões não imputáveis ao condenado, dever-se-ia evitar a execução de uma pena de prisão de curta duração, na eventualidade do condenado não pagar a pena de multa a que fora condenado a título de pena principal.

Mais, entendemos, que tratando-se de uma pena e de uma modalidade sancionatória que apelam ao reforço de solidariedades e à necessidade de desenvolver mecanismos de comunicação entre os magistrados e os restantes intervenientes na execução, nomeadamente os serviços de reinserção social, o recurso a esta pena de substituição, ou seja, à prestação de trabalho a favor da comunidade só poderá alcançar sucesso através do envolvimento directo de diferentes operadores do sistema penal, numa articulação de vontades institucionais e numa concertação de esforços com as comunidades locais.

Neste contexto, é natural que os sistemas penais contemporâneos multipliquem as situações em que o consentimento é exigido, não só na acção penal – basta pensar nas diversas formas de transacção processual – como no sistema punitivo.



Evocar o consentimento do delinquente no domínio punitivo era estranho ainda não há muito tempo, hoje, compreende-se que, numa preocupação de individualização e de eficácia, o delinquente deva ser associado à aplicação e à execução da sanção.

O direito penal trilha uma via original procurando, cada vez mais, fazer assentar a punição no consentimento do delinquente. Desta forma, por um lado, considera-o como sujeito de direitos, e, por outro lado, tem em vista uma maior eficácia. Pois, reconhece-se que a sanção mais útil é a sanção aceite pelo condenado, porque, ao mesmo tempo que estimula a sua participação no atingir dos objectivos pretendidos, desenvolve o seu sentido de responsabilidade¹⁵⁹.

Considerada como uma das mais importantes medidas político-criminais dos últimos decénios no domínio sancionatório¹⁶⁰ e recomendada pelas mais altas instâncias¹⁶¹, a prestação de trabalho a favor da comunidade concita elevadas expectativas na progressiva afirmação das medidas não institucionais como fórmulas punitivas indispensáveis à eficácia do sistema penal, como já escreveu o Prof. Figueiredo Dias, “a criação mais relevante, até hoje verificada, do arsenal punitivo de substituição da pena de prisão”.

A criminologia tem revelado que a prisão não só produz efeitos de dessocialização como também cria problemas e dificuldades ulteriores, quando se perspectiva o regresso do recluso à comunidade. Desta forma, os efeitos criminógenos da prisão associados aos efeitos negativos das curtas penas de prisão acabam por se revelar absolutamente inúteis e prejudiciais à ressocialização de indivíduo.

Ao contrário a pena de multa, não quebra os laços do condenado com o seu meio familiar e profissional evitando um dos mais fortes efeitos criminógenos da pena privativa de liberdade, a dessocialização e a estigmatização que a esta andam ligadas. Porém, esta pena contém alguns inconvenientes sendo o mais relevante o encargo desigual entre ricos e pobres, associado ao efeito secundário criminógeno que é o

¹⁵⁹ ANABELA MIRANDA RODRIGUES, in *Novo Olhar Sobre a Questão Penitenciária*, 2000, Coimbra Editora, pág.146.

¹⁶⁰ V. Maia Gonçalves, *Código Penal Português – 11ª ed.*, em anotação ao art. 58.º.

¹⁶¹ V.g. as recomendações e resoluções do Conselho da Europa e Regras Mínimas das Nações Unidas para a Elaboração de Medidas não Privativas de Liberdade (Regras de Tóquio) adoptadas pela Assembleia Geral das Nações Unidas na sua resolução 45/110, de 14 de Dezembro de 1990 – com menção expressa à imposição de prestação de serviços à comunidade no ponto 8.2.i).



incitamento a que o agente cometa novos crimes para compensar a perda pecuniária que o pagamento da multa lhe acarretou, aumentando exponencialmente o fosso social entre classes.

Esta preferência pelas penas não detentivas, verifica-se sempre que tal se mostre possível, ou seja, “*se ao crime forem aplicáveis, em alternativa, pena privativa e não-privativa da liberdade, o tribunal dá preferência à segunda sempre que esta realizar de forma adequada e suficiente as finalidades da punição*”¹⁶², são finalidades exclusivamente preventivas, de prevenção especial e de prevenção geral, por serem sobretudo elas que justificam, numa perspectiva político-criminal, todo o movimento de luta contra a pena de prisão.

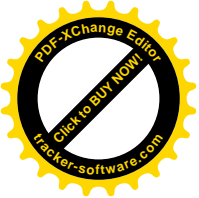
Assim, determinado que esteja pelo juiz o tipo de crime que a conduta do agente preenche, a moldura penal aplicável resulta do tipo legal de crime no qual se enquadra a conduta do agente, mas essa moldura pode vir a ser modificada ou substituída por outra, por circunstâncias modificativas, agravantes ou atenuantes. Isto porque, uma vez fixada a moldura penal que em abstracto cabe ao caso *sub judice*, o juiz enfrenta então a tarefa de encontrar a pena concretamente aplicável a esse mesmo caso.

Nos casos em que se prevê a pena de prisão ou multa deve o tribunal dar preferência à pena de multa, sempre que formule um juízo positivo sobre a sua adequação às finalidades de prevenção geral positiva e de prevenção especial, nomeadamente de prevenção especial de ressocialização. Os Tribunais procurando seguir a orientação da política criminal perfilhada pelo legislador de evitar a privação de liberdade por curtos períodos, fazem-no, predominantemente, através do uso da multa e da suspensão de execução da pena de prisão que são, afinal, reacções penais tradicionais.

Isto porque os magistrados continuam a invocar falta de apoio concreto, ausência de entidades que pretendam beneficiar do trabalho dos condenados, pouca disponibilidade para se dedicarem aos pormenores relativos à colocação, execução e acompanhamento das medidas de Trabalho a Favor da Comunidade¹⁶³.

¹⁶² Artigo 70º do Código Penal.

¹⁶³ De acordo com M. Jardim, em 1988, factores explicativos agrupar-se-iam segundo 5 ordens de especificidade: Factores de natureza política - a entrada em vigor do Código Penal de 1982 não teria sido acompanhada, na prática, pelos necessários meios financeiros que propiciassem a concretização dos princípios e das soluções consagrados pela nova reforma. Factores de natureza estrutural - a aplicação do



Mas, não é de estranhar que assim seja, uma vez que é muito reduzido o número de casos em que os nossos tribunais têm aplicado esta pena de substituição e quando aplicada é por iniciativa do condenado.

No entanto, os cidadãos continuam a ver nos Tribunais e nos seus juízes como a última instância na defesa intransigente dos seus direitos fundamentais ou básicos, exigindo dos mesmos uma justiça social e efectiva. Exigem assim, um poder judicial activo que defenda os seus direitos e não um poder judicial passivo ou amorfo subserviente ao poder instalado e cego à realidade social e económica e aos princípios fundamentais de direito reguladores de um Estado Democrático de Direito.

Assim sendo, assiste-se, a países como Portugal, a tendência para a remodelação do poder judicial, de modo a garantir que um crescimento das tensões sociais não seja acompanhado por um aumento dos conflitos judicializados provocados pela crescente desintegração e desregulamentação social.

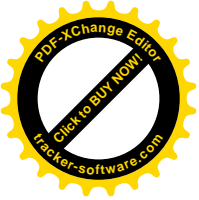
novo instituto penal pressuporia a existência de uma estrutura de suporte aos tribunais e de apoio aos infractores, por forma a aliviar os magistrados das inerentes questões logísticas. O Instituto de Reinserção Social, criado também na sequência do CP de 1982 e com a função essencial de *ser* essa estrutura, encontrava-se, ainda, numa fase de alguma incipiência. Factores próprios do sistema judiciário - a conhecida sobrecarga de trabalho que se verifica na esmagadora maioria dos tribunais condiciona, de forma extremamente significativa, a adesão dos magistrados a novas medidas que impliquem provável arrastamento do processo e, consequentemente, uma ligação mais prolongada do juiz ao mesmo. Por outro lado, os factores anteriores constituíram-se, em certa medida, como justificação para o cepticismo e para a persistência em procedimentos rotineiros. Factores sociais - a opinião pública, não dispondo de adequada informação sobre a matéria, tenderia a reagir negativamente a inovações que, aparentemente, *protegessem* o delinquente. O quadro de instabilidade política e de crise económica que se fazia, então, sentir poderá ter influenciado, igualmente, as perspectivas sobre a questão. Factores técnicos ligados à própria definição legal do instituto - trata-se aqui de aspectos do diploma legal que dificultariam, ainda, a aplicação da medida: o limite da moldura penal é muito restrito; o facto de competir ao arguido ou ao Ministério Público (MP) indicar a entidade a quem será prestado o trabalho; na verdade, os arguidos desconhecem, habitualmente, a pena e/ou entidades onde possa ser cumprida e o MP encontra-se já ocupado, em excesso, por outras tarefas mais consentâneas com a sua vocação original; o facto de competir aos serviços de reinserção social apenas o controle da execução da medida e não se encontrar consagrada a sua intervenção prévia, na preparação dessa execução, fornecendo ao tribunal os necessários elementos - indicando os possíveis organismos beneficiadores de trabalho, conhecendo e adequando as características e capacidades dos arguidos ao trabalho disponível - ou seja, diligenciar para a concreta eficácia da medida; hesitações, caso o arguido se encontre desempregado, sobre a possibilidade de estipular o cumprimento da pena dentro do horário normal de trabalho; a inexistência de regulamentação no que se refere a eventualidades decorrentes da própria execução da medida: impossibilidade ou dificuldade no pagamento de refeições ou transportes, acidentes de trabalho, prejuízos causados a terceiros, direitos de segurança social; a existência do princípio de substituição obrigatória da prisão até 6 meses por multa: de facto, alguns magistrados, invocando este princípio, não reconhecem à PTFC utilidade como instituto substitutivo da pena de prisão; a inexistência de meios processuais legalmente definidos que possibilitem o fornecimento ao tribunal, em momento anterior ao julgamento, de informação sobre a personalidade e a situação socioeconómica do arguido, por forma a melhor adequar e individualizar a pena e a avaliar a futura eficácia da sua execução.



O TRABALHO A FAVOR DA COMUNIDADE

Um estudo de caso

A justiça, além de funcionar como o último patamar de recurso e de esperança dos cidadãos, não só na resolução dos conflitos mas, também, na fiscalização dos outros poderes estatais e na defesa e promoção dos novos direitos como sejam, os direitos de cidadania, os direitos à qualidade de vida e ao ambiente, os direitos dos consumidores, os direitos das minorias étnicas ou sexuais, etc.



BIBLIOGRAFIA:

- ALBUQUERQUE, PAULO PINTO DE**, - Comentário do Código Penal à luz da Constituição da República Portuguesa e da Convenção Europeia dos Direitos do Homem, Universidade Católica Editora, 2008
- Comentário do Código de Processo Penal à luz da Constituição da República Portuguesa e da Convenção Europeia dos Direitos do Homem, Universidade Católica Editora, 2009
- AMARAL, DIOGO FREITAS DO**, Direito Administrativo, Vol. I, Almedina
- ANTUNES, MARIA JOÃO**, Jurisprudência Crítica, Revista Portuguesa de Ciência Criminal, 2001
- BARROSO, LUÍS ROBERTO**, Revista Jurídica da Presidência, nº 96, Brasília, Vol. 12, Fev/Mai 2010 ISSN 18082807.
- COSTA, GONÇALVES**, Diagnóstico do Nosso Tempo - A parte Geral no projecto de Reforma do Código Penal Português, RPCC, Ano III, nota 9
- CANOTILHO, JOSÉ GOMES**, Direito Constitucional e Teoria da Constituição, 5º ed. Editora Livraria Almedina, 2002.
- DELGADO, JOSÉ AUGUSTO**, Activismo Judicial: o papel político do poder judiciário na sociedade contemporânea.
- DIAS, JORGE DE FIGUEIREDO** - Direito Penal Português: As consequências Jurídicas do Crime", Coimbra Editora, 1ª Edição, 3ª Reimpressão, Janeiro de 2011
- Direito Penal Geral, Tomo I, 2ª Edição
- FARIA, PAULA RIBEIRO DE**, in Comentário Conimbricense do Código Penal, de **JORGE FIGUEIREDO DIAS**, Parte Especial, Tomo II, Coimbra Editora 1999
- GONÇALVES, MANUEL LOPES MAIA** - Código Penal Anotado, Almedina, 1996
- HELLER, AGNES** - "A crise dos paradigmas em ciências sociais e os desafios para o século XXI, Rio de Janeiro, Contraponto, 1999



- HENRIQUES, SIMAS SANTOS E LEAL** - Código Processo Penal Anotado, II Volume, Editora Rei dos Livros 2000
- Noções de Direito Penal, Reis dos Livros, 4ª Ed., 2011
- JAYME, FERNANDO GONZAGA; FARIA, JULIANA CORDEIRO DE; LAUAR, MAIRA TERRA.** Processo civil novas tendências: homenagem ao professor Humberto Theodoro Júnior. Belo Horizonte: Del Rey, 2008
- JARDIM, MARIA AMÉLIA VERA,** Trabalho a Favor da Comunidade a punição em mudança, Instituto de Reinserção Social, Almedina, 1988
- MARINHO, HELENA GASPAS,** CLS/TJUE – Indeterminação do Direito e Activismo Judicial, trabalho contido na obra Teoria da Argumentação e Neo-Constitucionalismo – Um conjunto de perspectivas, Almedina 2011
- NEVES, CASTANHEIRA,** Da Jurisdição no actual Estado de Direito, Ab uno ad omnes – 75 Anos da Coimbra Editora.
- REIS, CRISTIANE DE SOUZA,** Pobres Delinquentes - Sociedade crise e reconfigurações.
- RODRIGUES, ANABELA MIRANDA** - Critérios de Escolha de Penas de Substituição no Código Penal, BFDUC, 1988
- Jurisprudência Crítica, A Pena de Prisão substituída por pena de Prestação de Trabalho a favor da Comunidade RPCC.
 - Novo Olhar Sobre a Questão Penitenciária, Coimbra Editora, 2000
 - A determinação da medida da pena privativa de liberdade, Coimbra Editora, 1995
- ROXIN, CLAUS,** Derecho Penal, Parte General Tomo I - Fundamentos. A Estrutura da Teoria do Delito, Reimpressão da 1ª edição espanhola de 1997, Madrid-1999 (tradução da 2ª edição, München, 1994)
- SANTOS, BOAVENTURA DE SOUSA,** “Direito e democracia : A reforma global da justiça”, in: PUREZA, José Manuel, FERREIRA, António Casimiro (orgs.), *A teia global. Movimentos sociais e instituições*, Porto, Afrontamento, 2001.



DOCUMENTOS:

- CÓPIA DO PROC. N.º 11/11.0 GASRE, com início em fls. 20 e ss.
- Questionário
- Resposta do Senhor Procurador Adjunto
- Declaração do ISBB
- Consentimento do condenado